

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDACÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO IV — N.º 40 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1960 — CAIXA POSTAL 4.469

UM TRATADO ODIOSO

Como Salazar não entende bem o que seja a política de "desenvolvimento" do presidente Juscelino Kubitschek, resolveu em homenagem ao ilustre visitante "desenvolver" a sua própria política, mandando prender algumas centenas de portugueses que poderiam associar ao desfile oficial o desfile do seu protesto contra o regime. Este foi o aspecto que os fotógrafos não conseguiram fixar, o que aliás também menos interessava, pois daria uma nota de tristeza e de insuportável verdade às páginas em technicolor de certas revistas que pensam fazer História com matéria paga.

No momento em que Salazar abria o seu terceiro campo de concentração em Africa, este em Silva Porto, o presidente Juscelino Kubitschek chega a Portugal onde foi menos aclamado do que Café Filho, apesar da excelente organização da PIDE, da "Mocidade Portuguesa", da "Legião Portuguesa" e outras entidades copiadas do fascismo italiano contra o qual lutaram e morreram os soldados do Brasil. (O Presidente Juscelino Kubitschek parece ter tido a idéia de ir a Pistóia antes de regressar ao Brasil, mas desistiu por cortesia para com o governo de Salazar).

No capítulo do "desenvolvimento" tivemos também o que imprime novo ritmo às relações luso-brasileiras com a assinatura do tratado de extradição. Este é realmente uma alvorada, não com palácio mas com prisões para os exilados portugueses no Brasil. Ferindo todos os preceitos jurídicos e ainda o princípio do asilo, por esse tratado ficam sob ameaça de extradição os exilados políticos portugueses. Compreendemos que o Sr. Pio Correia o tenha concebido, que o Sr. Horácio Lafer o tenha encaminhado, menos podemos contudo compreender que a assinatura do presidente Juscelino Kubitschek possa figurar nesse hediondo instrumento de ódio e perseguição aos democratas portugueses. Os protestos da imprensa foram imediatos e o Congresso reduzirá essa espécie de coisa a um farrapo de papel. O objetivo de Salazar desde já é atemorizar os democratas portugueses. Neste sentido, o seu equívoco é total, pois falaremos mais alto protegidos pela lei, pela imprensa, pelo Congresso e pelo povo do Brasil. Diremos aqui e fora daqui onde haja liberdade de imprensa, através do nosso serviço de informação internacional, o que o monstro do Palácio S. Bento queria atingir procurando fazer calar a nossa voz que bem sabe está destruindo as bases do seu apóio no Brasil. Os golpes que lhe foram vibrados pelo povo português na última eleição nunca mais podem ser cicatrizados, os golpes que recebe na Africa são mortais, os que recebe no Brasil, na Inglaterra, na França, na colônia portuguesa dos Estados Unidos não permitem continuar impunemente a sua obra de mistificação. A ditadura está em agonia e o tratado de extradição confirma a importância da luta empreendida pelos democratas portugueses no Brasil. E para surpresa de Salazar não haverá nem extradição nem intimidação e apenas maior vigor na batalha que se trava no Brasil auxiliada e garantida por todo o povo brasileiro contra a ditadura fascista. Salazar confundiu uma visita com a posição deste país, os agentes e cúmplices da PIDE instalados na cúpula de certas organizações da Colônia com a colônia portuguesa do Brasil, um tratado com a sua aplicação, um desejo de vingança com as possibilidades reais de execução. Não, doutor Salazar. Não conseguirá assassinar-nos como já fez a centenas de portugueses. A sua mão já trémula pela aproximação da morte não conseguirá colher-nos e as suas garras não conseguirão fazer dos nossos filhos mais órfãos como tantos outros que em Portugal choram seus pais torturados e depois liquidados nas prisões e campos de concentração.

A sua vida está no fim, a sua ditadura está no fim, a sua oligarquia está no fim e quando a sua face odiosa estiver lívida e seus olhos vidrados, o povo dançará nas ruas e nós regressaremos para ver Portugal em flôr, libertado do maior pesadelo da sua História, renascendo da noite de terror para uma vida digna.

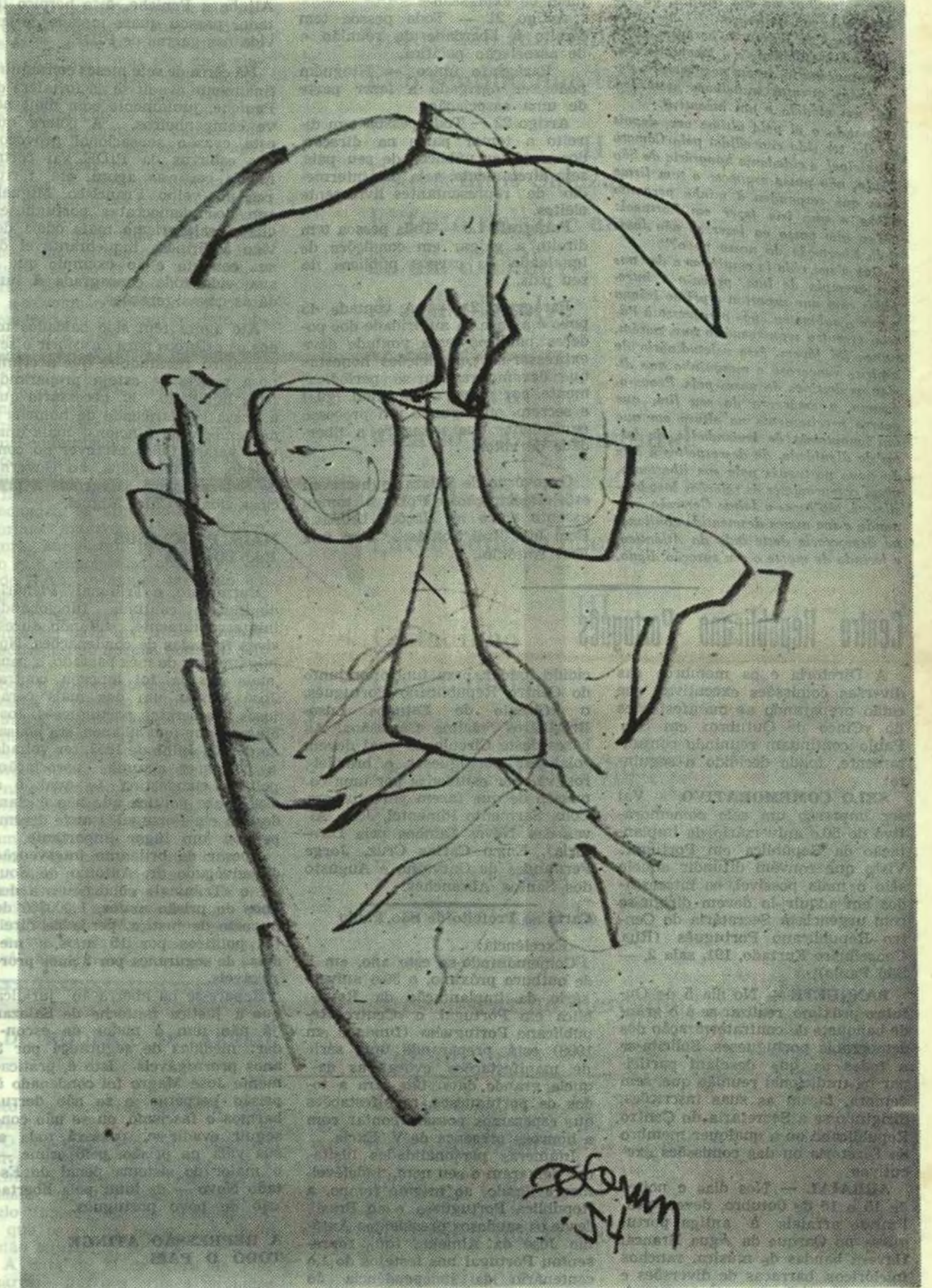
É nesse momento que voltaremos não por extradição do ódio mas pelo apêlo do amor. Iremos assistir às nossas festas henriquinas, às festas da verdadeira descoberta, da descoberta de um Portugal novo e iremos com nossos amigos brasileiros lançar as bases de uma comunidade sem mistificações, sem comendas, sem a ignominia das cumpricidades com ditaduras.

E prepararemos a visita de um futuro presidente do Brasil que será recebido por Portugal inteiro e depositará comovidamente algumas flôres no tumulo de Antonio José de Almeida.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

A MORTE DE JAIME CORTESÃO

ARTIGOS NAS PÁGINAS QUATRO E SETE



JAIME CORTESÃO VISTO POR FERNANDO LEMOS

UM PROFESSOR DE DEMOCRACIA

VÍTOR RAMOS

Jaime Cortesão poeta, historiador, democrata — diga-se antes professor de Democracia. Seja-me permitido, agora que esta grande voz se calou para sempre, cingir-me a este aspecto da sua personalidade para falar do muito que lhe deve o PORTUGAL DEMOCRATICO, como conselheiro — que nos dá não aquilo que queremos ouvir, mas o que a razão e a sabedoria mandavam — e como inspirador — cujo exemplo procurávamos seguir de longe.

Quando em 1956 se fundou este jornal e Jaime Cortesão surgiu, na ordem natural das coisas, como o primeiro nome a convidar, fui incumbido de solicitar a sua colaboração. A conversa que então tivemos, lá na sua casa da rua Paissondu, cheia de recordações portuguesas, foi para mim uma lição, não só de fé na

Democracia e de confiança no futuro da liberdade do nosso país, como também de humildade intelectual e de dignidade humana.

O PORTUGAL DEMOCRATICO dessa época era uma folha bisonha e incipiente, cuja modéstia desanimava e afastava muitos dos democratas que então procurávamos. Com Jaime Cortesão aconteceu exatamente o contrário: a pobreza do jornalzinho (como carinhosamente lhe chamava) não foi motivo de repúdio mas antes razão de mais para, como professor de Democracia, manifestar confiança nos esforços dos discípulos e estimular a nova geração da emigração portuguesa no Brasil a seguir o facho da resistência democrática que ele tão alto colocara. Os seus incantamentos, os seus conselhos, a cautela

— Continuará —

— Continuará —

— Continuará —

(Continua na pág. 2)

Bem fala Frei Tomás...

Transcrevemos alguns artigos de «Declaração Universal dos Direitos do Homem»:

UM PROFESSOR DE... (Conclusão da pág. 1)

Desde então, nunca faltou a este jornal a sua palavra, o seu carinho benevolente, sempre recioso, por nós, quando pensava que o entusiasmo que nos impelia poderia ir mais longe do que nos permitia a condição de portugueses acolhidos à sombra da democracia brasileira. Porque este mestre de Democracia, como principal artefã da estruturação das relações luso-brasileiras numa base de mútuo respeito, era um estrito defensor das leis democráticas do país que lhe abria os braços e ao qual dava o melhor da sua cultura, do seu saber e da sua confiança.

A força de ânimo, a coragem física e moral, a dignidade e a juventude deste septuagenário, foram pois sempre, para todos quantos trabalhavam neste jornal, um modelo e um incentivo.

Quando o vi pela última vez, depois de lhe ter sido concedida pela Câmara Municipal, a cidadania honorária de São Paulo, não posso esquecer o tom firme com que respondeu à minha pergunta sobre o que iria fazer em Portugal: «Mas, que posso eu fazer se não lutar pela libertação do nosso povo?»

Que a sua vida ia continuar a dar nos um exemplo de luta, prova-o a intrepidez com que suportou a prisão iníqua a que o submeteu após o regresso à Pátria, essoutro septuagenário que, porém, nunca foi jovem, esse valetudinário de espírito rancoroso e mesquinho que dirige os destinos do nosso país. Prova-o, mesmo, a amargura do seu fim, que ocorre precisamente na altura em que um «montado de velhades», de faltas de dignidade, de desrespeitos à luta do povo português pela sua libertação, vêm comprometer as relações luso-brasileiras, tão caras a Jaime Cortesão, mandando a sua nunca desmentida confiança na democracia deste lado do Atlântico, e ferindo de morte o seu coração digno.

«Artigo 19 — Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como na liberdade de manifestar sua religião ou sua convicção, isoladamente ou em comum, tanto em público como em particular, pelo ensino, práticas, culto e realização de ritos.

Artigo 20 — Todo indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica no direito a não ser importunado em virtude de suas opiniões, quando procurar, receber e divulgar, sem consideração de fronteira, as informações obtidas por qualquer meio de expressão.

Artigo 21 — Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica.

Parágrafo único — Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 22 — Toda pessoa tem direito a tomar parte na direção dos negócios públicos de seu país, seja diretamente, seja por intermédio de representantes livremente eleitos.

Parágrafo 1.º — Toda pessoa tem direito a galgar em condições de igualdade, os cargos públicos de seu país.

Parágrafo 2.º — A vontade do povo é a base da autoridade dos poderes públicos; essa vontade deve expressar-se por eleições honestas que devem realizar-se periodicamente, por sufrágio universal, igual e secreto, ou segundo um processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

O governo de Salazar subscreveu esta «Declaração» e Portugal tomou assento entre as Nações Unidas. Bem fala Frei Tomás... bem fala Frei António...

O terror policial contra a democracia

SALVEMOS FRANCISCO MIGUEL

Recebemos de Lisboa uma notícia triste: Francisco Miguel, o grande líder do povo português, foi preso novamente, na zona fronteiriça entre Elvas e Badajoz. Miguel, um dos mais valiosos combatentes contra o salazarismo, é o anti-fascista que sofreu mais tempo nos calabouços do Estado Novo. Do Tarrafal a Caxias, do Aljube a Peniche, este heroico lutador passou quase metade de sua vida nas garras de PIDE.

Há cerca de sete meses conseguiu finalmente evadir-se da fortaleza de Peniche, juntamente com mais nove companheiros. A cólera que esta evasão sensacional provocou nos esbirros da PIDE vai certamente cevar-se agora, em torturas ao velho Francisco Miguel, um dos democratas portugueses que o salazarismo mais odeia devido à firmeza inquebrantável da sua conduta e ao exemplo que a sua vida toda consagrada à luta dá às novas gerações.

Até agora têm sido baldados todos os esforços para descobrir o seu paradeiro, recando-se que a criminosa polícia se esteja preparando para liquidá-lo. É necessário que a nossa solidariedade de homens e de democratas funcione mais uma vez: vamos todos escrever ao consulado, à Embaixada, ao Governo de Salazar, para salvarmos a preciosa vida de Chico Miguel.

MAIS PROCESSOS FANTOCHES

Entretanto, o Tribunal Plenário de Lisboa continua funcionando ininterruptamente, soltando sucessivas fornadas de condenações. Nos julgamentos do mês passado, a pena mais pesada foi lançada contra José Magro, um dos mais corajosos democratas portugueses. José Magro, que tem 39 anos, era acusado de, em Julho de 1957, ter voltado a pertencer a uma associação política clandestina (e qual é a associação política que não é clandestina em Portugal?) onde desempenhou um lugar importante.

Apesar da brilhante intervenção do advogado dr. António de Sousa, o «Tribunal» condenou-o a dez anos de prisão maior, 1.000\$00 de imposto de justiça, perda de direitos políticos por 15 anos e medidas de segurança por 3 anos prorrogáveis.

Repare-se na aberração jurídica que a justiça fantoche de Salazar já não tem o pudor de esconder: medidas de segurança por 3 anos prorrogáveis. Isto é, praticamente José Magro foi condenado à prisão perpétua, e se não derrubarmos o fascismo, ou se não conseguirmos evadir-se, passará toda a sua vida na prisão, pelo crime — o maior do sistema penal do Estado Novo — de lutar pela libertação do povo português.

A REPRESSÃO ATINGE TODO O PAÍS

As sentenças deste sombrio Tribunal Plenário atingem portugueses de todo o país. Assim, num julgamento realizado em 14 de Maio e, como sempre, presidido pelo desembargador Silva Caldeira, um nome que o ódio dos democratas já sabe de cor, foram condenados os srs. Jorge Matos Moura, do Porto, empregado de escritório, a três anos de prisão maior; Carlos Henrique Borrego de Oliveira Leite, de Vendas Novas, funcionário corporativo, em dois anos e oito meses de prisão maior; Fernando Grácio Chambel, de Gavião, empregado bancário, em dois anos e sete meses de prisão maior; Camilo de Oliveira Santos Costa, de Lisboa, funcionário público em dois anos e meio de prisão maior; Jacinto Ramos Martins, de Alpiarça, empregado de escritório, em dois anos de prisão maior; Daniel Coelho Pinto Leão, de Queluz, empregado no comércio, em vinte meses de prisão corecional. Todos foram também condenados às tristemente célebres medidas de segurança prorrogáveis entre seis meses e três anos.

cidido fundar, para funcionar junto do Centro Republicano Português, o «Círculo de Estudos Luso-Brasileiros «Jaime Cortesão». As bases deste Círculo no qual devem colaborar portugueses e brasileiros, vão ser estudadas por uma comissão de que fazem parte os srs. Com. Sarmiento Pimentel, João Alves das Neves (ambos pela Diretoria), Eng.º Carlos Cruz, Jorge Fernandes de Carvalho e Augusto dos Santos Abranches.

Carta ao Prefeito de São Paulo

«Excelência: Comemorando-se este ano, em 5 de outubro próximo, o 50.º aniversário da implantação da República em Portugal, o «Centro Republicano Português» (fundado em 1908) está preparando uma série de manifestações evocativas daquela grande data, tão cara a todos os portugueses, manifestações que esperamos possam contar com a honrosa presença de V. Excia. Inúmeras personalidades lusitanas deixaram o seu nome indelévelmente ligado, ao mesmo tempo, à República Portuguesa e ao Brasil desde os saudosos presidentes António José da Almeida (que representou Portugal nos festejos do 1.º centenário da independência do Brasil) e Bernardino Machado (que nasceu em terra brasileira, o que não obstou a que fôsse presidente dos portugueses), passando por Ricardo Severo, que foi destacado escritor e deixou o seu nome ligado a grandes empreendimentos industriais paulistanos, ou por Jaime Cortesão, que acaba de morrer, depois de uma vida autenticamente dividida entre Portugal e o Brasil.

Qualquer destes nomes são dos mais significativos quanto à representação dos portugueses na Comunidade Luso-Brasileira. E é por isso que vimos lembrá-los a V. Exa., neste ano do 50.º aniversário da República Portuguesa, sugerindo que os seus nomes sejam atribuídos a diversas artérias da grande Capital Bandeirante. Esperando que V. Exa. se digne tomar em boa conta a nossa sugestão, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os melhores cumprimentos e saudações democráticas, subscrevendo-nos, atenciosamente.

O PRESIDENTE DO DIRETORIA, João Sarmiento Pimentel.

Centro Republicano Português

A Diretoria e os membros das diversas comissões executivas que estão preparando as manifestações do «Cinco de Outubro» em São Paulo continuam reunindo conjuntamente, tendo decidido o seguinte:

SELO COMEMORATIVO — Vai ser impresso um selo comemorativo do 50.º aniversário da implantação da República em Portugal. Visto que convém difundir aquele selo o mais possível, os interessados em adquiri-lo devem dirigir-se com urgência à Secretária do Centro Republicano Português (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, — São Paulo).

BANQUETE — No dia 5 de Outubro próximo, realizar-se-á o grande banquete de confraternização dos democratas portugueses. Solicita-se a todos os que desejam participar na tradicional reunião que, sem demora, façam as suas inscrições, dirigindo-se a Secretária do Centro Republicano ou a qualquer membro da Diretoria ou das comissões executivas.

ARRAIAL — Nos dias e noites de 15 e 16 de Outubro, devem realizar-se arraiais à antiga portuguesa no Parque da Água Branca. Haverá bandas de música, ranchos folclóricos, barracas de diversões e de pratos típicos portugueses. A comissão que está preparando os arraiais deseja reunir, em festa tão tipicamente nossa, o maior número de portugueses.

BOLETIM — Continuam os trabalhos de elaboração deste Boletim que evocará o passado, o presente e o futuro da República Portuguesa. Solicita-se que, com urgência, sejam remetidos à Secretária do Centro os originais prometidos mas ainda não entregues até agora.

«O Ultramar Português na conjuntura africana» e «O Povo Português na Revolução do Cinco de Outubro». No decurso do mês de setembro, realizar-se-ão, na sede do Centro Republicano Português, duas conferências: o jornalista Pedro Rocha, falará, às 20h30 do dia 8, sobre «O Ultramar Português na Conjuntura Africana», enquanto o escritor Augusto dos Santos Abranches dissertará, às 20h30 do dia 22 de setembro, acerca de «O Povo Português na Revolução do Cinco de Outubro».

Círculo de Estudos Luso-Brasileiros «Jaime Cortesão» — Foi de-

JULGAMENTO ADIADO: OS ACUSADOS CONTINUAM PRESOS

Dez dias depois, o mesmo Tribunal começou outro importante julgamento em que figuravam o Engenheiro Rolando Verdial, de 36 anos, do Porto, a médica Dra. Maria Luísa da Costa Dias, de Coimbra e as sras. D. Ivone da Conceição Dias Lourenço, empregada de escritório, de 23 anos, residente em Vila Franca de Xira e D. Maria da Piedade Gomes dos Santos, de 39 anos, da Marinha Grande. Este julgamento em que figuravam 12 declarantes, 24 testemunhas de acusação, todos agentes da PIDE e 25 testemunhas de defesa, e em que intervinham como patronos dos acusados os advogados dr. Armando Bacelar, do Porto, e drs. Luís Salas e Manuel João da Palma Carlos, de Lisboa, foi adiado, sem data marcada, sob o pretexto de que a sra. dra. Maria Luísa da Costa Dias tinha outro processo pendente no Tribunal Plenário do Porto. Entretanto os acusados continuam na prisão, sem julgamento.

O «DIÁRIO DO GOVERNO» IMPRENSA CLANDESTINA?

Em fins de julho terminara, no mesmo Tribunal e sob a presidência do mesmo laçao de Salazar, outro grande julgamento: de nove funcionários da Imprensa Nacional, entre os quais uma senhora, acusados de tomarem parte em reuniões conspiratórias e de receberem e distribuírem imprensa clandestina.

Sabido, como é, que a Imprensa Nacional é o lugar onde se imprime o Diário do Governo ocorre perguntar: será esta a imprensa clandestina que os acusados recebiam e distribuíam? O caso é que, apesar da intervenção de cinco advogados, os srs. António de Sousa, Adelino Simão, Mário Soares, Mário Reis e Rodolfo Lavrador, oito dos acusados foram condenados: José Loureiro dos Santos, em dois anos e quatro meses de prisão maior; Carlos Júlio Sousa Ferreira, em dois anos de prisão maior; Carlos Jorge Gomes, em vinte meses de prisão corecional; sra. d. Berta Fonseca Carmo Carvalho, em dezesseis meses de prisão; o sr. Viriato Manuel Pires em treze meses e os srs. Sebastião Nunes Ferreira e Armando Eugénio dos Santos em doze meses cada um. Aos dois primeiros foram aplicadas medidas de segurança, entre seis meses e três anos. Todos perderam os direitos políticos entre quinze e cinco anos e pagaram mil escudos de imposto de justiça.

JULGAMENTO DE DEZ EMPREGADOS NUMA FIRMA DO CHIADO

Antes, haviam sido julgados os srs. Mário da Conceição Chagas Franco de Sousa, José Manuel Miraglia, Manoel do Carmo Assunção, Mário Santos, António Nêa Milhão, Alberto da Costa Moraes, Fernando Mota Pereira de Oliveira Amilcar José Nunes, Filomeno Anselmo e José Fernandes, acusados de terem feito propaganda subversiva... numa firma comercial do Chiado. Neste julgamento intervieram duas testemunhas de acusação e setenta e sete de defesa, bem como os advogados drs. Luís Francisco Rebelo, Belarmino da Costa Pinto e Duarte Turras. Até agora não chegou ao nosso conhecimento o resultado deste processo.

O CASO DO 12 DE MARÇO

Em 25 de julho terminou, desta vez no Tribunal Militar de Santa Clara, o julgamento dos militares e civis acusados de estarem implicados numa tentativa revolucionária que devia ter eclodido na noite de 11 para 12 de março de 1959. As condenações proferidas foram as seguintes: major Pastor Fernandes, 16 meses de prisão, substituída por igual tempo de presidio militar que, depois de descontada a prisão preventiva será, por sua vez, substi-

tuida por igual tempo mais um termo de prisão militar; major Clodomiro Alvarenga, em vinte meses de prisão, substituída nos mesmos termos; capitão reformado Carlos Vilhena, na pena única de vinte meses de prisão; dr. Jean-Jacques Valente em 16 meses de prisão; srs. Jaime Conde, Fernando Oneto e Raul Marques, em doze meses de prisão; srs. Miguel Silva e Helder da Silva, em oito meses; srs. António Ruivo, Afonso Costa e António drúbal Pereira, em seis meses; Amândio Silva em dez meses; Francisco Mateus e dr. Pedro Bogarim, em três meses.

Todos os acusados foram condenados à suspensão de direitos políticos por três anos. Aos maiores Pastor Fernandes e Clodomiro Alvarenga e ao capitão Carlos Vilhena, atendendo ao seu «bom comportamento moral» (que significará isto, em termos jurídicos?) foi concedida a suspensão da pena por três anos.

A CONDENAÇÃO DOS ECONOMISTAS

O famigerado Plenário voltou a funcionar, sempre dirigido pelo não menos famigerado Silva Caldeira, para julgar nove licenciados em Ciências Económicas e Financeiras, alguns dos quais dos maiores valores da Economia portuguesa, não a Economia rancosa do «professor» Salazar, mas a ciência económica moderna de que o nosso país tanto necessita. Os acusados foram assistidos pelos advogados drs. Constantino Fernandes, Nuno Rodrigues dos Santos, José Magalhães Godinho, Guilherme da Palma Carlos, Luís Francisco Rebelo, Queirós de Barros, Ernesto Moura Coutinho, Evaristo Santos e Luís de Azevedo.

Apesar da intervenção de grande número de testemunhas de defesa entre as quais figurava até o dr. Henrique Martins de Carvalho, Ministro da Saúde do governo salazarista (!) os jovens economistas foram condenados às penas seguintes:

Dr. Ulpiano da Fonseca Nascimento, em 20 meses de prisão corecional; dr. Rui Alberto Mendes de Moura, em 18 meses; dr. João Mário Ramos Pedreira Vilela, em 19 meses, que recolheram à cadeia para acabar de cumprir a pena; dr. António de Seixas da Costa Leal, dr. Augusto Macedo Sá da Costa, dr. Francisco de Matos Guedes Lebre, dr. Alfredo Gonzalez Esteves Belo, em 18 meses de prisão, suspensão por cinco anos, saindo em liberdade; dr. José Margarido e Silva Falcão, e dr. Acácio de Figueiredo Pereira, absolvidos.

A todos foi aplicada a pena de cinco anos de suspensão de direitos políticos e 1.000\$00 de imposto de justiça.

Em contraste com este tratamento dado por Salazar a alguns dos expoentes mais representativos da moderna ciência económica portuguesa, lembramos aqui a nobre atitude da Ordem dos Economistas de São Paulo que, «conhecedora da (sua) sólida preparação em vários campos da Ciência Económica, e especialmente nos do Desenvolvimento Económico de Territórios Subdesenvolvidos», os convidou a «colaborar na realização de um curso de Extensão, de carácter pós-graduado», curso esse a ser realizado «sob o alto patrocínio da Reitoria da Universidade de São Paulo».

MAIS DE CINQUENTA JULGAMENTOS EM TRÊS MESES

Como se verifica pelo resumo que acima fizemos dos julgamentos realizados em cerca de três meses, neste curto espaço de tempo passaram, só pelo Tribunal Plenário de Lisboa e pelo Tribunal Militar, mais de cinquenta presos políticos. E a nossa estatística contém como é natural, muitas falhas, pois as informações de que dispomos são forçosamente incompletas.

Haverá hoje algum país que consiga bater este triste record do salazarismo? Estamos certos que

(Conclui na página 8)

MORAL E POLITICA

ADOLFO CASAIAS MONTEIRO

UM INÉDITO DE

FERNANDO PESSOA

Tinha eu dezoito anos incompletos quando a ditadura se instalou no poder. Era estudante, e como tal participei, no Porto, nas primeiras reacções populares contra o governo militar q... desde 28 de Maio de 1926 suprimiu as instituições democráticas. Escrevi em jornais e em revistas de estudantes e outros aos quais uma censura ainda se não impedia totalmente de canalizar idéias e sentimentos adversos à situação. Já então havia comunistas. Acontece até que, durante algum tempo, publicações russas em línguas estrangeiras acessíveis (espanhol, francês) eram vendidas em bancas e livrarias. E o "Manifesto Comunista" foi traduzido por um grande amigo meu, que não o era. Eu tinha grandes discussões com o dono de uma banca, um dos mais activos propagandistas do partido. Nem ele deixou de ser, nem eu me "converti". Eramos todos, sobretudo, adversários dos broncos militares reaccionários que se tinham apoderado do poder com a conivência tácita de uma grande parte dos políticos sem ter que disparar um tiro. Não se falava ainda no "perigo comunista", mas só no perigo que seria a permanência da ditadura.

Conto isto para lembrar que a arma psicológica chamada "anti-comunismo" só viria a surgir, por obra e graça da própria ditadura, e que não exprimia qualquer problema real da vida política portuguesa. Embora ilegal, o comunismo não era visto por nós, jovens liberais, como eram quase todos nos bancos das escolas (precisaríamos de receber a lição da guerra de Espanha, que ainda estava longe), como um "inimigo". E, evidentemente, mesmo que lhe fôssemos violentamente opostos, não poderíamos, desde a instituição da ditadura, pensar que eles o pudessem ser, senão no campo das idéias em termos de discussão; fora dela, eram outros adversários da ditadura; e seriam, para quase todos, os naturais aliados de alguns anos de mais, quando se esboçou uma Frente Popular, suscitada pelo drama da Espanha.

Ora, se o stalinismo, ao tornar-se evidente o seu carácter de opressão totalitária, veio muitos anos depois dificultar as posições respectivas, e até a coordenação das actividades já resistência à tirania, não implicou isto em qualquer atitude pública de combate que não poderia deixar de colaborar com o Estado Novo. Pelo aperfeiçoamento da máquina censuradora, tornou-se impossível qualquer discussão política às claras; e, mesmo que esta fosse possível, sentir-nos-íamos impedidos de fazer aos comunistas críticas que se tornariam numa denúncia à polícia. Por isso o deba-

te se daria apenas, e mesmo assim usando uma linguagem metafórica e crítica, no plano intelectual, como nas discussões em torno do neo-realismo. Discussão política, propriamente, não a havia. Pelo seu lado, a confusão intencionalmente criada pelos porta-vozes intelectuais (?) do governo entre as tendências de esquerda, todas englobadas sob a cômoda designação de "bolchevismo", incluindo as liberais, não podia deixar de criar uma tácita solidariedade entre as vítimas, por mais que violentamente se digladiassem nas prisões, por exemplo, numa das quais estive dois meses sem falar ao único companheiro de cela, que era um stalinista ferrenho e tacanho.

E, mais tarde, chegar-se-ia à unidade, não à ideológica, mas à da acção. Teve esta os seus altos e baixos, mas de que podia ser eficiente temos um exemplo recente e bem claro na vitória (roubada) pela ditadura do general Humberto Delgado nas eleições para a Presidência da República, pois nele votaram unanimemente todos os sectores da opinião oposicionista, desde os democratas cristãos aos comunistas. E, durante esse tempo todo, durante os 33 anos da ditadura, não me consta que em qualquer ocasião tenha passado pela cabeça de qualquer das tendências políticas servir-se da denúncia como arma contra uma outra das igualmente clandestinas concorrentes. Como o poderiam fazer, se, para todas elas, se tratava de restabelecer os instrumentos democráticos de acção política, e em primeiro lugar o voto livre? Como poderiam os adversários da violência como forma de governo usar uma das armas mais repugnantes da tirania, a denúncia, contra uma ou outra tendência, igualmente carecida de qualquer direito?

E' evidente que, aqui, estão igualmente em jogo moral e política. Mas não seria necessário que estivesse a moral, porque a mais evidente razão política indicaria a unidade como caminho para uma eficaz luta contra a ditadura. Só por si, as conveniências do combate ao fascismo imporiam, pelo menos, o acôrdo tácito, ainda que não pudesse tornar-se efectivo, como em várias circunstâncias infelizmente aconteceu. Mas acresce também que só falsos oposicionistas poderiam ir na onda do "anti-comunismo" artificialmente insuflado pela política e pela imprensa oficial. Na realidade, por uma grande parte, os comunistas não divergem, nos países fascistas, de qualquer das outras tendências. Se muita gente se tem como comunista, não quer isto dizer que aceitará as exigências típicas de comunismo ortodoxo, que aceitariam, in-

clusive, a moral e a filosofia de bloco, e os dogmas indiscutíveis. Muitos desses comunistas encontrariam o seu lugar em outros partidos da esquerda, com os quais têm realmente mais em comum do que com a versão stalinista do comunismo.

E quem não compreenderá que um homem simples e sincero prefira ter-se como comunista, a estar condenado à inacção, pois que, por motivos tão evidentes que não me parece necessário alongar-me a tal respeito, o prestígio do nome é por si só um imã que polariza vontades de acção de outro modo inutilizadas? Isto, que o bom senso mostra, é, evidentemente, ignorado pelo "anti-comunismo", o melhor aliado de Salazar, sem dúvida possível. As distinções subtis são para os intelectuais — mas acontece que estes, a seu turno, quando não são comunistas, mas têm uma clara visão da situação real, não ignoram que o comunismo chamou a si reivindicações que são as de todos os portugueses capazes de compreender que não se trata apenas de mudar os homens no poder, mas de realizar reformas sociais e económicas profundas e algumas dolorosas para que o país possa ter uma vida política sem crises como a que permitiu a instalação no poder dos militares, e atrás destes de todas as forças desfeitas de revolução liberal à espera do momento em que suprimiriam novamente o jogo das forças realmente representativas da vida nacional.

Ora, o que certas tendências pretendem, mesmo sem terem porventura consciência disso, é, atrás do "anti-comunismo", atingir reivindicações que não são exclusivas do comunismo. Da mesma forma que o fascismo, para vencer no plano ideológico, se apropriou de certas "formas" marxistas, assim também, agora, surge um pseudo-liberalismo que, supondo-se oposto ao Estado Novo, apenas se serve do seu apêgo à "liberdade" para lutar contra as reformas que serão indispensáveis para que uma liberdade efectiva e não apenas nominal seja possível.

Sob o anti-comunismo, está na mesma a reacção. Uma reacção inimiga, sem dúvida, da tortura, da censura, etc. Mas inimiga, também, dos mais elementares direitos do povo a uma vida económica com o nível mínimo de dignidade que tornará possível falar na sua liberdade. Porque não há liberdade com fome. E a fome não se suprime com palavras, mas com leis que não podem limitar-se a mudar a fachada. Perguntem aos profissionais do anti-comunismo o que pensam das colónias portuguesas, e a sua verdadeira face se revelará. Experimentem.

SALAZAR I

Antonio de Oliveira Salazar.

Três nomes em sequencia regular.

Antonio é Antonio.

Oliveira é uma arvore.

Salazar é só apelido.

Até aí está bem.

O que não faz sentido

E' o sentido que tudo isto tem.

II Este senhor Salazar

E' feito de sal e azar.

Se um dia chove,

A agua dissolve

O sal,

E sob o céu

Fica só o azar, é natural.

Oh, c'os diabos!

Parece que já choveu...

III Coitadinho

Do tiraninho!

Não bebe vinho,

Nem sequer sozinho...

Bebe a verdade

E a liberdade,

E com tal agrado

Que já começam

A escassear no mercado.

Coitadinho

Do tiraninho!

O meu vizinho

Está na Guiné,

E o meu padrinho

No Limoeiro

Aqui ao pé,

Mas ninguém sabe de quê.

Mas, enfim, é

Certo e certo

Que isto consola

E nos dá fé:

Que o coitadinho

Do tiraninho

Não bebe vinho,

Nem até

Café.

ONTEM E HOJE

pelo Dr. RODRIGO DE ABREU

É tempo de todos os portugueses se unirem, se convencerem de que Salazar com os seus discursos demagógicos, com a sua propaganda, e com o seu corpo organizado de intriguistas, continua dividindo a família portuguesa, desenvolvendo um incêndio de paixões. O fim dos respetos humanos cega-nos e impede-nos de aperceber a marcha do sinistro.

O mês de Agosto assinala-se na História de Portugal, como uma marca de tempo de glória e de derrota, e cabe bem nesta hora das Comemorações Henriquinas, solenizar o dia 14 de Agosto de 1385. A batalha de Aljubarrota, o mais belo feito de armas da nossa história, decidiu a independência nacional, que o Mosteiro da Batalha perpetua, O Povo, — a «arralmanida», os «menesteiraes», o «pé descalço» — é quem dec de sempre, com o seu espírito patriótico e mão forte, os destinos eternos. Foi ele que aclamou o Mestre de Avis, que puniu com justiça, a classe dos nobres e dos oligarcas, corruptos, traidores e venais. Assim se iniciou o Ciclo Maravilhoso das Descobertas, que permitiu firmar a nossa independência, num período de expansão de navegação marítima, de grandes batalhas, conquistas e reconquistas, que sobreviveram 60 anos, onde havia descendência da emigração e da colonização lusa, de que o Brasil é um nobre exem-

plo. Da corrupção dos costumes e dos erros políticos, da influência da Inquisição e da Espanha, resultou a derrota de Alcacer-Kibir em 4 de Agosto de 1578. O generalissimo Franco, que, por certo estará presente, ou representado, nesta recordação sagrada para os portugueses, não se sentirá minimizado, porque, com um senso próprio de um «filho da Galiza», tanto poderá ver em Salazar um segundo Andeiro, como um outro Cristóvão de Moura.

Os portugueses amaram sempre o Brasil, e sempre receberam de seus irmãos brasileiros a ajuda necessária para a defesa de seus limites territoriais, políticos e económicos.

A comunidade, a unidade política luso-brasileira cndiu-se com o abuso do poder absoluto, e de queles que o serviam: a aristocracia e a oligarquia. O povo vivia privado de instrução, sofria fome de pão e de justiça. O comércio e a indústria estavam reduzidos pelo arbitrio. A acção da policia de Pina Manique, a PIDE do capitão Agostinho Lourenço do nosso tempo, estendia-se até ao Brasil, manejava pela mão oculta da oligarquia de «trusts» e de empresas particulares magestáticas, que auferiam lucros fabulosos, que eram repartidos em benefício di-

reto dos vampiros da terra luso-brasileira.

O português Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi o primeiro mártir da nossa comunidade, na luta pela liberdade e pelo fim do regime escravagista, a que os povos lusos ainda hoje estão sujeitos.

A data de 21 de Abril de 1792 marcou um dos crimes nefandos do sistema policial português, que Salazar fez reviver, e os sucessivos erros do absolutismo e da plutocracia geraram a independência do Brasil, como hoje a estão a gerar na terra ultramarina portuguesa.

Os absolutistas dispõem sempre dos homens e da terra, como de «coisa sua». Assim, em 1777 Portugal presenteou a Espanha com as Ilhas de Fernando Pó e Ano Bom. Mais tarde, a velha allada Inglaterra esbulhou-nos, impôs um «ult matum» e permitiu a ocupação da região do Norte de Moçambique pela Alemanha, que se apoderou do nosso território de Quionga.

A revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, obrigou a monarquia a prestar mais cuidado aos problemas coloniais, e os homens de L. a República, além de reconquistarem Quionga, firmaram a nossa permanência no ultramar, e iniciaram junto dos indígenas uma política económica e de justiça a

(Conclui na página 8)



BIOGRAFIA DE JAIME CORTESÃO

O escritor agora desaparecido, cujo nome completo é Jaime Zuzarte Cortesão, já completara 76 anos, pois nasceu a 29 de Abril de 1884, em Ançã, cerca de Coimbra. Seu pai, o dr. António Augusto Cortesão, além de médico era um filólogo de grande mérito, cuja valiosa livreria foi a primeira fonte onde o futuro historiador hauriu a sua vasta cultura. O dr. António Augusto Cortesão fixou-se com a família em São João do Campo, poucos anos depois de o filho, Jaime ter nascido. A localidade onde exercia a clínica ficava ainda mais próxima de Coimbra e foi nesta cidade que Jaime Cortesão fez os seus estudos secundários e se matriculou na Universidade. Ainda hesitante na carreira a seguir, fez o seu primeiro ano de Grego; desejava cursar Belas-Artes, mas matriculou-se depois em Direito, cuja Faculdade frequentou durante dois anos. Optou a seguir pela Medicina, e fez ainda os respectivos estudos preparatórios em Coimbra; mas foi completá-los ao Porto, onde fixou residência.

Se o estudante vacilava entre a Filologia clássica, o Direito e a Medicina, uma certeza o animava: o seu amor à poesia. Pouco mais tinha de vinte anos quando fundou, com Leonardo Coimbra, Cláudio Basto e Álvaro Pinto a revista de tendência libertária «Nova Silva», que teria vida efémera. Foi nela que fez a sua estreia como poeta. Colaborou, também, na revista «A Águia», com desenhos e poesias. Desde então, passou a militar nas fileiras da oposição ao regime monárquico. Era ele quem estabelecia a ligação entre os estudantes republicanos e os elementos políticos que no Norte preparavam a queda daquele regime. Nessa qualidade foi enviado a Lisboa, a seguir ao regicídio, para receber instruções. Então teve o seu primeiro contacto com o dr. Bernardino Machado, como referiu no «Elogio Histórico» deste estadista, mais tarde publicado.

Em 1909, Jaime Cortesão matriculou-se na Escola Médica de Lisboa, onde fez o seu curso com a classificação de dezoito valores. A tese que defendeu intitulou-se «A Arte e a Medicina», a assinalar as duas tendências do seu espírito juvenil. Data desse período escolar o seu poema heróico em sete cantos, «A Morte da Águia», que seria publicado em 1910. Formado em Medicina, foi para São João do Campo, a fim de ajudar seu pai na clínica. Entretanto, foi proclamada a República e o dr. Jaime Cortesão apresentou a sua candidatura a deputado por Coimbra, nas eleições de Maio de 1911. Não foi eleito, por não contar com o apoio da directório do Partido Republicano Português, mas, gra-

ças ao seu prestígio pessoal, obteve um número de votos não muito distante do dos candidatos eleitos.

UMA ATIVA VIDA LITERÁRIA E POLÍTICA

A actividade clínica não atraía o dr. Jaime Cortesão. Voltou a fixar residência no Porto, onde concorreu ao magistério secundário, que passou a exercer no Liceu Rodrigues de Freitas. Entrou então numa fase de grande actividade literária e política. Foi o sócio n.º 1 da sociedade que fundou a Renascença Portuguesa, a qual promoveu o reaparecimento da revista «A Águia». Além da sua actividade editora, tinha como seu órgão na imprensa o quinzenário «A Vida Portuguesa», para dirigir o qual foi escolhido o dr. Jaime Cortesão. Animador das publicações da Renascença Portuguesa, foi-o também dum belo empreendimento desta: a Universidade Popular do Porto. Nela realizou numerosas conferências e séries de lições, em especial de História de Portugal e acerca de «A Obra e a Vida de Camillo Castelo Branco».

Além da acção exercida através da Renascença Portuguesa, o escritor deu à estampa, em 1912, as obras poéticas «Esta História é para os Anjos» e «Sinfonia da Tardade». No ano seguinte, foi editado o seu volume de contos «Daquém e Dalém Mortes». Em 1914, publicou outro livro de poemas, «Glória Humilde» e a antologia «Cancioneiro Popular», para a qual escreveu um estudo crítico. Essa actividade literária sofreria uma interrupção com a guerra, que começou em Agosto de 1914. A possível intervenção de Portugal no conflito determinou grande efervescência política, na qual tomou parte o dr. Jaime Cortesão, que, com o dr. Alexandre Braga e outros republicanos constituiu a junta revolucionária do Porto, quando do movimento de 14 de Maio de 1915.

Já desde Julho de 1914 até Março de 1915, o dr. Jaime Cortesão dirigira «O Norte», diário democrático da tarde, que, a despeito da sua curta vida, muito contribuiu para criar o ambiente que tornou possível aquele movimento revolucionário, pois fora criado, justamente, para defender a entrada de Portugal na guerra. Em consequência dessa intensa actividade política, o dr. Jaime Cortesão estava indicado para exercer cargos na vida pública. Efectivamente, no acto eleitoral de 13 de Junho daquele ano, o Porto elegeu-o deputado. O dr. Jaime Cortesão era dos que defendiam a intervenção de Portugal no conflito, ao lado da sua velha aliada, a Inglaterra. Quando isso foi decidido, o ministro da Guerra,

Norton de Matos, convidou-o a escrever um opúsculo a explicar as razões dessa política. Redigiu, então, a «Cartilha do Povo», que, sem nome de autor, teve uma tiragem de cento e cinquenta mil exemplares, distribuídos em 1916.

CONDECORADO COM A CRUZ DE GUERRA

A despeito da sua imensa acção como político, o escritor não esteve inactivo. A 15 de Dezembro de 1916, subiu à cena, no antigo Teatro República, a sua peça «O Infante de Sagres». Representada dois dias depois do frustrado movimento de 13 de Dezembro desse ano, chefiado por Machado dos Santos, movimento que se sabia ser anti-intervencionista, a peça obteve um êxito clamoroso e deu lugar a uma manifestação patriótica, tanto pelo seu tema como pela personalidade do seu autor, cuja atitude perante o conflito era sobejamente conhecida.

Na reedição recente dessa peça, o autor reproduziu, no Prefácio, algumas palavras do grande jornalista e crítico de teatro Avelino de Almeida, que também foi colaborador do nosso jornal. Essas palavras são as seguintes: «Vem na hora própria este drama épico que tem como protagonista uma das mais belas, mais estranhas e mais altas personificações do génio e do destino da raça. O admirável sentido que a obra do poeta demonstra do momento actual, a forma por que ele evocou o período singularmente grande da inclita geração, o estímulo patriótico de tantos dos seus versos que soam, nos lábios puros do Infante, como um acto de fé e um hino de esperança — tudo consagra o valor de Jaime Cortesão entre os que correspondem às necessidades espirituais duma época de indecisões e de incertezas, de desvalentamentos e de temerosos riscos».

A sua actividade, no respeitante à intervenção de Portugal no conflito não se limitou àquela obra de propaganda. Oficial médico militar, poderia ter invocado as suas traunidades parlamentares e ficado no país. Coerente com a sua atitude anterior, não só fez parte voluntariamente do Corpo Expedicionário Português em França, como requereu a sua transferência para as primeiras linhas, visto ter sido colocado numa base afastada da frente. Essa atitude valeu-lhe ter ficado ferido na ofensiva alemã de Março de 1918. Vítima dos gases, esteve privado da vista por algum tempo. A sua bravura, aliada a uma alta noção do dever profissional, valeu-lhe ser condecorado com a Cruz de Guerra, com o seguinte louvor:

«Louvado pela muita coragem e altruísmo que manifestou, tendo du-

rante oito dias em circunstâncias difíceis e apesar do seu manifesto mau estado de saúde assegurado sozinho os serviços clínicos do Batalhão de Infantaria n.º 23, a que pertencia, e porque tendo na tarde de 21 de Março último sido atingido directamente o seu posto de socorros pelo bombardeamento inimigo, com o maior sangue frio tratou num local próximo vários feridos de gravidade, só baixando a uma ambulância, por intoxicação de gases de gravidade, só terminado o seu serviço».

Embora regressasse a Portugal convescente e condecorado pela sua atitude ante o perigo, o dr. Jaime Cortesão sofreu dissabores depois de ser desmobilizado. Não abdicara das suas convicções políticas e como o sistema governativo chefiado pelo dr. Sidónio Pais se opunha ao envio de mais tropas para França, o antigo deputado republicano não ocultava a sua oposição a essa política. Isso valeu-lhe ser enclausurado e mantido incomunicável, durante um longo período, na Penitenciária de Coimbra. Entretanto, desencadeara-se no País e epidemia da gripe pneumónica. Só então lhe foi levantada a incomunicabilidade, para prestar assistência médica aos seus companheiros de cárcere, apesar de também estar atacado pela mesma gripe.

PERANTE A TENTATIVA DE RESTAURAÇÃO MONARQUICA

Da sua passagem pelas trincheiras da Flandres e pelos hospitais de sangue, assim como pelas lutas políticas que precederam a entrada de Portugal no conflito, o dr. Jaime Cortesão deixou um livro, «Memórias da Grande Guerra», que, na opinião do seu biógrafo David Ferreira, «sobre ser uma obra de alto valor literário, constitui um documento impressionante acerca daquela conturbada época e um dos testemunhos de maior interesse e da mais profunda seriedade sobre as razões e as condições da participação de Portugal na guerra de 1914-1918. No ponto de vista político, é um livro absolutamente indispensável ao conhecimento das lutas partidárias travadas em Portugal...».

O dramaturgo não estava também inactivo; a 9 de Janeiro de 1919, subiu à cena, no mesmo Teatro República, onde fizera a sua estreia como escritor teatral, o drama em quatro actos «Egas Moniz». O acolhimento do público a essa peça foi assaz significativo, tanto pelos méritos da obra, como pela circunstância de o seu autor se ter portado valorosamente durante a guerra. Na véspera da representação, dera-se o malogro do movimento revolucionário republicano de Santarém. O público de Lisboa presenciava o que iria suceder. Efectiva-

mente, dez dias depois, a Junta monárquica do Norte instalava-se no Porto, para restabelecer o regime deposto em 1910.

Esse movimento teve a sua repercussão em Lisboa, na manhã de 23 de Janeiro daquele ano. Algumas unidades aquarteladas na Ajuda foram para Monsanto com a pretensão de restaurar também a monarquia. O dr. Jaime Cortesão, que fora pouco antes posto em liberdade e ainda se encontrava convescente, foi dos primeiros a comparecer na Rotunda, com um grupo de republicanos, aliás pouco numerosos, para nessa posição, juntamente com uma pequena força de Marinha, tentarem defender a República. Envergava a sua farda de capitão médico e a sua presença foi um incentivo para os populares e militares, que ali acorreram. Dar-se-ia depois a famosa escalada de Monsanto, em que os marinheiros, sob o comando de Afonso de Cerqueira, e o povo de Lisboa jugulariam a tentativa de restauração monárquica.

A DIRECÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DA «SEARA NOVA»

Restabelecida a normalidade constitucional, após o malogro da restauração monárquica, a vida pública do País entrou num período de relativa acalmia. O dr. Jaime Cortesão foi nomeado, no começo de Abril de 1919, director da Biblioteca Nacional, onde teve como principal colaborador Raul Proença, já funcionário da mesma Biblioteca. A obra realizada por ambos, foi notabilíssima. A publicação do valioso trabalho «Regras de Catalogação» e depois do excelente «Guia de Portugal», de Raul Proença, só foi possível graças ao apoio que este sempre encontrou no director da Biblioteca. Esta passou a ser, aquilo que realmente deve ser, um centro de cultura, onde se reuniam alguns intelectuais de excepcional mérito e que ocuparia um grande lugar na vida nacional.

Entretanto, o escritor não descansava. Depois das «Memórias da Guerra», obra publicada em 1919, que obteve três edições, o dramaturgo fez subir à cena no Teatro do Ginásio a sua peça em três actos «Adão e Eva», cuja estreia foi em Maio de 1921. No mesmo ano, seria publicado, no Rio de Janeiro, o seu livro «Itália Azul». O grupo de intelectuais que se reunia na Biblioteca em breve se transformou num núcleo de estudos, que resolveu publicar uma revista, «Seara Nova». Esse grupo, que passou a denominar-se Grupo «Seara Nova», transformou-se em organismo político. Nunca chegou a

(Continua na página 8)

HOMENAGENS

DE SÃO PAULO

Governo e Camara Municipal

O governador Carvalho Pinto, logo após ser conhecida a morte do eminente escritor e democrata português, dirigiu ao sr. Luciano de Carvalho, secretário da Educação, o seguinte memorando:

«Senhor secretário. A morte de Jaime Cortesão, antecorrida em Lisboa, representa uma grande perda para a cultura luso-brasileira e atinge particularmente a São Paulo. Como sabe v. exa. foi ele, com sua equipe de estudiosos brasileiros, quem organizou a memorável exposição de História do IV Centenário da Cidade. As nossas letras históricas devem-lhe ademais uma contribuição notável, em especial no estudo da fundação de São Paulo, do bandeirismo e da personalidade de Alexandre Gusmão, consolidador das conquistas territoriais bandeirantes. O governo do Estado sente-se, pois, no dever de prestar um preito à sua memória e assim sugiro a v. exa. seja dado o nome de Jaime Cortesão a um dos estabelecimentos de ensino secundário da capital, preferivelmente dos que têm sua construção prevista no Plano de Acção.»

Também durante a sessão do dia 17-8-60 da Câmara Municipal de São Paulo, grande número de vereadores subscreveram requerimento, «solicitando a inserção, nos Anais da Edilidade, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, recentemente ocorrido em Portugal, do professor Jaime Cortesão». Lembrou-se na proposição que o grande intelectual recebeu da Câmara de Vereadores de São Paulo o título de «cidadão paulistano», «mercê dos magníficos trabalhos que realizou pela maior aproximação entre o Brasil e Portugal e pela contribuição magnífica que prestou às comemorações do IV Centenário de São Paulo». Solicitou-se ainda, em indicação ao prefeito, seja dado o nome do professor Jaime Cortesão ao Largo da Pólvora, «como mais uma homenagem desta cidade ao escritor que tanto fez, em vida, em benefício da cultura da nossa terra e que legou, aos nossos sucessores, uma obra em que se retrata, com amor e fidelidade, a História deste pedaço de Portugal nas Américas».

Cabe também lembrar que, ainda em julho último, numa das reuniões no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo professor José Pedro Leite Carneiro, e vivo ainda, portanto, Jaime Cortesão, fora dado um voto de homenagem ao historiador pela publicação do primeiro volume da obra intitulada «Os Descobrimen-

tos Portugueses». Na oportunidade, pronunciou um discurso o sr. Nicolau Duarte Silva, em que historicou a vida e exaltou a obra daquele que, «de longa data, se impôs à simpatia e gratidão das nossas classes cultas, pelo carinho e dedicação com que vem trabalhando no esclarecimento do passado luso-brasileiro».

MEMORIA

DE JAIME CORTESÃO

Democratas Portugueses

Endereçado ao escritor Ferreira de Castro e assinado pelo Comandante João Sarmento Pimentel, Presidente do «Centro Republicano Português» de São Paulo, foi enviado o seguinte telegrama:

«Favor representar Centro Republicano Português funeral Jaime Cortesão.»

Subscrito por numeroso grupo de democratas portugueses, foi expedido outro concebido nos seguintes termos:

«Aos democratas Portugueses correligionários residentes São Paulo apresentamos intermédio REPUBLICANA sentidos pésames falecimento Jaime Cortesão.»

Humberto Delgado — Sarmento

Pimentel — Carlos Cruz — Santos Baleisão — Jorge Figueiredo — Ricca Gonçalves — Francisco Pimentel — Alves Neves — Duarte Batista — Costa Letra — Fernando Lemos — Vitor Ramos — Jorge Sena — Francisco Lopes — Bidarra Fonseca — Henrique Santos — Manuel Moura — Correia Pinto — Maria Archer — Toga Machado — Carlos Neves — Fernando Silva — Pedro Rocha — Carlos Maria Araujo — Miguel Urbano Rodrigues — Santana Mota — Cunha Rego — Manuel Seratório — Correia de Lemos — Francisco Vidal — José Mendes — Augusto Aragão — Tomaz Pimentel.

LEMBRANÇA DE JAIME CORTESÃO

O luto é nosso

Pelo Dr. YAN ALMEIDA PRADO

FERNANDO CORREIA DA SILVA

Certa vez fui procurado em Londres, onde me encontrava à cata de documentos sobre navegação antiga, por Stefan Zweig, também à procura de dados a respeito do Brasil, pois pretendia escrever o livro que depois publicou com grande sucesso. Nos encontros que por esse motivo tivemos, falava no seu amigo Armando Cortesão, pronunciado «Kort-zau», de modo a tornar difícil identificá-lo. Afinal descobri de quem se tratava quando o malgrado escritor se referiu ao irmão Jaime e dizia: «pertencem a uma família privilegiada onde a sabedoria foi distribuída por igual por todos os herdeiros».

Concordei in totum com Stefan Zweig, porquanto conhecia de sobra os notáveis trabalhos da irmandade, e supunha infelizmente não haver muita reciprocidade nesse conhecimento. Qual não foi, entretanto, minha surpresa, talvez consequência dos encontros com Zweig, de um belo dia receber livro de Jaime Cortesão adornado com a mais amável das dedicatórias.

Confesso que sempre foi para mim motivo de grata ufania ser distinguido por autor da minha admiração, muito mais, todavia, daquele modo espontâneo por parte do homenageante. A amizade assim entabulada não mais cessou de aumentar. Novamente senti justo motivo de júbilo ao saber por amável indiscreção de colaborador de Jaime Cortesão — penso, Mário Neme — o que ele comentara na escolha dos participantes na mostra comemorativa lusa no Tibira-puera, durante os festejos do IV Centenário de São Paulo. Segundo dizia, ninguém melhor do que eu estava indicado para figurar nas comissões organizadoras, e, asseverava, «representa o que vocês têm de melhor no momento». Obvio dizer, recebi o elogio como mera manifestação de amizade, tão exagerada que chegava à cegueira, mas, partindo de quem partia, tornava-se em extremo desvanecente.

Entre outras incumbências do compromisso por mim então

assumido, havia algumas de esmagadora responsabilidade tais como zelador do prodigioso acervo escolhido por Jaime Cortesão em Portugal e para cá enviado. Lá estavam o original do Tratado de Tordesilhas, a carta de Pero Vaz de Caminha, os primeiros mapas do Brasil, o Tratado de Madri de 1750, etc... conjunto de incalculável valia, juntamente com quadros antigos, flamengos a reproduzir índios no século 16, retratos de soberanos e de governadores da capitania de São Paulo, e, por aí além. A despeito do receio que o encargo representava, julguei dever aceitá-lo, como modo bem reduzido, mas absolutamente sincero, de retribuir as repetidas provas de apreço a mim dispensadas pelo ilustre historiador.

Facil conceber nessas condições o choque e máguia que resenti com a notícia do falecimento de quem eu tanto estimava e admirava. No correr do nosso convívio, antes, durante e depois da exposição do

IV Centenário, cresceu a minha admiração pelo saber, talento e caráter do escritor, e muito me felicitei pela parte que tive na sua escolha para comentar a obra de Alexandre de Gusmão, ante o magnífico resultado colhido pelos nossos estudos de historiografia graças ao acerto do trabalho sobre o diplomata estadista. Não menor foi a impressão que resenti do livro sobre Raposo Tavares, consequência de sugestão que fiz a Assis Chateaubriand. Nunca historiador algum tão bem correspondeu ao que eu dele esperava como Jaime Cortesão. Esta é a maior homenagem que lhe posso tributar, ainda abalado pela sua perda, nesta comemoração em boa hora tentada para lhe enaltecer a grata memória.

Ainda participou da guerra de 14 como médico. Assistiu ao golpe de 28 de Maio e depois à implantação do Estado Novo. Meus pais eram jovens e namoravam-se quando ele se revoltou contra a Ditadura. Frustrada a revolta fugiu para Espanha. Meus pais casaram e em Espanha era primavera. Deram-me o nome de Fernando. Fui para a escola e em Espanha sangue. Quando me vestiram a primeira farda verde, ele atravessava os Pirineus. Indesjado em Portugal, de França veio para o Brasil. Publicou os comentários à carta de Pero Vaz de Caminha, revelou-se a estatura de historiador. Na Europa havia guerra e eu esbofetado por um graduado da Mocidade, por defender os Aliados. Foi ele o primeiro e único estrangeiro professor no Itamarati. O ditador cubiou-lhe o prestígio e acenou-lhe com o perdão invertebrado; recusou-o. Fui preso, li alguns livros dele. Fui outra vez preso. Ele foi a Portugal, com passaporte de Itamarati, em busca de material para a Exposição Histórica do IV Centenário de São Paulo. Quisera dobrá-lo com favores e gentilezas. Recusou entrevistas e curvaturas ao ditador. Viajei para França, voltei a Portugal, asfixiava, fugi para o Brasil. Ele sentia apagar-se. Queria morrer na pátria. Voltou. Ainda foi preso uma vez. Nunca encontrei Jaime Cortesão. Nunca ele soube da minha existência. Mas éramos amigos. Somos milhões os amigos que não se conhecem. E agora souro com a notícia da sua morte. O luto é nosso.

COMPANHEIRO DE JORNADA

por JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Fomos companheiros nesta acidentada peregrinação quase meio século. Ele era quem marcava o rumo, nós outros executávamos missões onde tantos dos mais dedicados perderam a vida.

Guerras, revoluções, exílio, afimbreávamos sem grande diferença de condição, mas nas cousas da cultura e da inteligência nem de longe haveríamos de nos aproximar do gigante.

Convidado por Jaime Cortesão, figurei ao seu lado e de Antonio Sergio e Raul Proença e Camara Reys e Azevedo Gomes na Direção da «SEARA NOVA» por mais de seis lustros.

Todos eles entraram naquela nau de esperança renovadora com uma bagagem literária que passava afotamente pela alfandega da crítica sem o fisco lhes cobrar direitos. Comigo, é bem de ver, ninguém, mas exigia, porque transpuz a barreira com as mãos vazias. E ainda hoje estou assim.

Nas atitudes políticas, decisões de alta transcendência, problemas onde estava em jogo o prestígio da Grei e o bom nome da Patria madrastra, Cortesão era o mentor, e Moura Pinto, outro grande democrata que também morreu este ano, o jurista.

Os seus triunfos foram filhos duma probidade de trabalho, esforço, inteligência, saber que honram o mestre de altos estudos, o

humanista, o investigador consciencioso e incansável, o filósofo que lê num documento a alma dos acontecimentos e o carácter e as paixões que ali se defrontam.

Poeta, artista da palavra falada e escrita foi um prosador magnífico, historiador da envergadura de Herculano, tribuno da escola dos propagandistas da República. A sua obra é um padrão lusiada, uma afirmação austera da dignidade profissional, de coragem cívica, de belesa, de nobres atitudes, amor a Portugal e ao Brasil, de carinho pelo povo, louvores à terra, mar e ceu, aldeia e cidade, à luz do sol ou graça maviosa duma cantiga, assombro diante do genio arquitetónico e da fé que deram a traça das catedrais, agradecimento aos mestres das nave e capiteis, pintores dos retabulos, entalhadores de presepios e altares, físicos das artes da marinharia.

Extasiava-se da ternura e ingenuidade dos imaginarios primitivos, lia com atenção beneditina os incunabulos, passava dias inteiros nos arquivos para estudar os velhos mapas, decifrar pergaminhos que só os sábios paleografos, como ele era, podem transpor com inteira segurança para a ortografia actual. E tambem, como S. Francisco, bendizia o Senhor pela musica dos ninhos e a cor e a alegria da campina florida.

Outros falarão em detalhe da sua obra monumental como historiador luso-brasileiro, do ponto alto das comemorações do IV. Centenario da cidade de São Paulo, que foi a Exposição Histórica. Porque eu, emocionado pela saudade do amigo e camarada de tantos anos, vejo, como todos os nossos correligionarios, a perda que a sua morte representa para a causa da Democracia e da Liberdade em Portugal, e deixo nestas pobres linhas a sentida homenagem de gratidão dos republicanos portugueses de São Paulo à sua memoria, apontando aos vindouros a figura inconfundível deste patriota nobre e ilustre, que na verdade o era pelo talento criador, pela saber, pela firmeza de caracter e pelo ideal de que foi apostolo e martir.

Mestre de nós todos na politica, exemplo da honradez do Portugal de sempre, inimigo intransigente de ditadura salazarista e de todos os outros regimes totalitarios, a sua vida foi um Evangelho que não apagados discipulos, seguimos, confiados e que invocaremos em quanto não nos amortilharem tambem no burel franciscano, esperando, todavia, que seja depois de já morto o ditador que, mezes atraz meteu na cadeia com os presos comuns e a comer de marmitta o velho e cansado lutador, apresando assim o final dos seus dias.

Reflexões sobre a morte de um homem grande

Por FERNANDO LEMOS

Todas as mortes são exemplos. Da vida, tiramos pouco mais que o exercicio de a cumprir, tomando parte nela e naquilo que escolhemos como destino e forma de a cumprir. A morte acontece como uma prova dos nozes, para medir as existências e deixar delas mais um retrato nítido da vivência. As qualidades ou os defeitos perdem o movimento para se reduzirem a uma forma.

É na morte dos homens Grandes que o Exemplo nos esmaga e surpreende. Em vida, tudo se faz confundir, nos homens grandes e nos homens pequenos: há o Mal e o Bem; há a Policia para Humilhar; há o sofrimento e a P sil-canálise. Há os ditadores que governam Democratas; há os homens que Pensam; há os que não pensam e sabem que nada sabem e por isso se Defendem.

Mas há a morte tambem, diária e cega, des preocupada na sua missão — porque ela traz o Exemplo. Resta-nos a nós, vivos e homens por medir, saber aprender nas mor-

tes alheias. Quando uma morte é simples, o Exemplo cabe em poucos homens. Mas na morte de um homem Grande, o problema é mais difícil. Como Exemplo, terá de caber num maior número de homens e é aí que se nos torna impossível escapar. Somos imediatamente cúmplices de tudo o que esse Exemplo nos fornece e pode ajustar. E quem de Nós se acha suficientemente homem para receber o Exemplo, ou simplesmente a morte de um homem Grande?

Da missa de sétimo dia à grande homenagem do centenário da morte, nada mais fazemos que iludir a forma, ao aceitar o inevitável para esconder o Exemplo. Na manifestação coletiva assumimos uma culpabilidade disfarçada. O Exemplo fica à espera de um corpo e de outras circunstâncias para se manifestar.

Com o Grande Exemplo chamado Jaime Cortesão, que vamos fazer de Nós?

Há quem o queira chamar de Morto, tirando-lhe a vida. É quem já em vida, lhe quis tirar a morte e o Exemplo.

E nós, que nada temos para lhe tirar? Agora que ele acabou, só temos, nós homens por medir, que nos juntarmos todos, para nos tornarmos suficientes e compensar a sua grandeza e a sua presença que nos fazem falta. Estamos orgulhosos de ter a sua morte como companhia e seguir o Exemplo. Para que o Exemplo, depois de nós, ainda fique e continue a ser útil.

Resta-nos os inimigos, que são e sempre foram os dèle, estão vivos e são inimigos nossos. Mas as mortes deles são todas do mesmo Tamanho. São apenas mortes. Ficaremos nós, roídos de vergonha, feridos, cansados de latejar, humilhados e muitas vezes presos, mas com vida e bons Exemplos, que, além de terem de ser seguidos, terão ainda e sobretudo de ser vingados. Mortes como a de Jaime Cortesão só nos podem dar coragem além do Exemplo.

PORTUGAL
DEMOCRATICO
— um jornal
português
que não é
submetido
à censura

22 de Agosto de 1960

Jaime Cortesão

Sua biografia de homem, misto de pensador e combatente, merecidamente encheu as colunas dos jornais. Feita, apreciada, dita, a última do jornal. Feita, apreciada, dita.

Porém, como chefe da Oposição, de quem ele foi tão destacado elemento durante mais de trinta anos, não poderia faltar a render-lhe homenagem — aliás já prestada — que ultrapassasse as condolências da etiqueta ou da amizade.

Quando, ao encontrar a minha campanha eleitoral, em que colaborou, alguns, menos hábeis ou mais versáteis, pretenderam dividir as hostes, Jaime Cortesão manteve-se firme, sem aceitar cilmes que acaso quissem provocar-lhe com base nos seus altos méritos intelectuais, estóico sacrificio e antiguidade na ação pró-democracia.

Não sei que homenagem mais prática, substantiva, podia render ao glorioso vulto, do que afirmá-lo neste momento de luto pesado para os democratas portugueses.

Humberto Delgado

Palavras do Chefe da Oposição Portuguesa a respeito de Jaime Cortesão:

JAIME CORTESÃO

Sua biografia de homem, misto de pensador e combatente, merecidamente encheu as colunas dos jornais. Feita, apreciada, dita.

Porém, como Chefe da Oposição, de quem ele foi tão destacado elemento durante mais de trinta anos, não poderia faltar a render-lhe homenagem — aliás já prestada — que ultrapassasse as condolências da etiqueta ou da amizade.

Quando, ao encontrar a minha campanha eleitoral, em que colaborou, alguns, menos hábeis ou mais versáteis, pretenderam dividir as hostes, Jaime Cortesão manteve-se firme, sem aceitar cilmes que acaso quissem provocar-lhe com base nos seus altos méritos intelectuais, estóico sacrificio e antiguidade na ação pró-democracia.

Não sei que homenagem mais prática, substantiva, podia render ao glorioso vulto, do que afirmá-lo neste momento de luto pesado para os democratas portugueses.

a) HUMBERTO DELGADO

Biografia de Jaime Cortesão

(Conclusão da página 4)

ser um partido, não tinha directo-rio nem os seus poucos filiados pa-garam quotas ou distribuíam entre si cargos; mas era uma força po-lítica.

O dr. Jaime Cortesão, por in-dicação dos outros «seareiros», era a individualidade incumbida de tra-tar dos assuntos políticos. Passou, por isso, a ser considerado por to-dos como chefe desse grupo. A sua actividade política identifica-se com a da «Seara Nova», durante um período de mais de um lustro. Quando o presidente da República dr. António José de Almeida visi-tou o Brasil, em Agosto de 1922, o dr. Jaime Cortesão foi convidado pelo Governo para fazer parte da missão de estudo que acompanhou o chefe do Estado. Além de direc-tor do Biblioteca Nacional, era desde Janeiro de 1921, membro da Academia de Ciências de Lisboa. O antigo professor de História do Liceu Rodrigues de Freitas acabara por optar pelos estudos históricos, que de certo modo deveriam re-reencher o resto da sua vida.

O HISTORIADOR DOS DESCOBRIMENTOS ATLÂNTICOS

Convidado várias vezes para mi-nistro, quer pessoalmente quer como representante do Grupo «Seara Nova», o dr. Jaime Cortesão, cujo nome foi frequentemente publica-do nos jornais, como ministéri-vel, sempre conduziu as negociações de forma a eximir-se ao encargo. Quando aquele Grupo teve de tomar parte num gabinete da presi-dência do dr. Álvaro de Castro, em 1923, e depois na presidência do dr. José Domingues dos Santos, em fins de 1924, o Grupo esteve repre-sentado nesses governos por indi-vidualidades tão eminentes como o professor António Sérgio, na pasta da Instrução, e o engenheiro Eze-quiél de Campos na da Agricultura.

Em Novembro de 1925, houve a intenção de realizar uma coliga-ção das esquerdas para disputar, pela oposição, as eleições de deputa-dos. O Grupo «Seara Nova» foi instado a tomar parte nela. Embora contrariado, o dr. Jaime Cortesão aceitou a fazer parte da lista por Lisboa. A coligação, porém, não foi avante. Pouco depois, deram-se as eleições administrativas, e o nome do dr. Jaime Cortesão, sem este ter sido consultado, foi in-cluído na lista dos partidos Radical e da Esquerda Democrática, à qual acudiram os votos de grande parte das classes trabalhadoras. Eleito, o homem eminente que se eximira a ser ministro, aceitou o cargo de vereador municipal.

Sem deixar a actividade política do Grupo «Seara Nova», o dr. Jaime Cortesão tinha já o senti-mento de a sua tarefa em prol do renovo da mentalidade portuguesa dever ser feita no campo da His-tória. Depois da publicação, em 1922, da sua obra poética «Divina Voluptuosidade», iria consagrar-se, quase exclusivamente, à História dos Descobrimentos atlânticos. Nesse mesmo ano, apareceu, na «História da Colonização do Brasil», dirigida por Carlos Malheiro Dias, o seu trabalho «A Expedi-ção de Pedro Álvares Cabral». O mesmo tema, com título, mais ex-plicito, seria publicado em volume, em Lisboa, ainda nesse ano.

Seguiram-se numerosos estudos acerca da política dos Descobrimen-tos, publicados em revistas como «Lusitânia», «Revista de las Espa-ñas», «Arquivo Histórico da Mari-nha» ou a série de capítulos inser-tos na «História de Portugal», diri-gida pelo Prof. Damião Peres, ou na «História da Expansão Portu-guesa no Mundo», dirigida pelos Drs. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Alguns dos temas então versados, como o do século acerca dos Descobrimentos e do franciscanismo na obra da coloniza-ção, foram recentemente retomados e desenvolvidos pelo autor.

A IDA PARA O BRASIL E A OBRA LÁ REALIZADA

Tal como o Grupo «Seara Nova», o dr. Jaime Cortesão mostrou-se oposto ao sistema político saído do movimento de 28 de Maio de 1926. Deixou de ser director da Biblio-teca Nacional. Quando se reuniu, no Porto, o movimento republicano de 3 de Fevereiro de 1927, fez parte da respectiva junta revolucio-

nária. Malgrado esse movimento, foi para França. Lá viveu, em Paris, Biarritz e Baiona, até à proclamação da República na Espanha, em Abril de 1931. Foi então, com outros imi-grados políticos portugueses, viver no país vizinho, onde se manteve até o final da guerra civil que pôs termo à República Espanhola. Esse longo período de exílio foi fecundo para o historiador, que efectuou investigações na Biblioteca Nacio-nal de Paris e nos arquivos de França, assim como, depois, no Arquivo das Índias, de Sevilha, cidade em cuja Universidade realizou um curso de lições acerca dos Des-cobrimentos atlânticos.

Encontrava-se o historiador de novo em Paris e prosseguia nas suas investigações históricas, quan-do se declarou a guerra, em 1939. Lá se manteve até a invasão alemã. Em 1940, regressou a Portu-gal, com outros portugueses polí-ticos imigrados. Como a maioria deles, depois de estar algum tempo encarcerado na fortaleza de Peni-che, foi-lhe facilitada a ida para o Brasil. Partiu em 1941 e seria sobremodo fecundo o período longo em que se manteve na terra brasilei-ra. Lá os seus méritos de historiador foram devidamente apreciados. O Ministério das Relações Exteriores incumbiu-o de reger um curso para diplomatas, acerca da política dos Descobrimentos e da História dos primórdios do Brasil. A série de obras que então publicou, quase todas editadas ou patrocinadas por organismos oficiais brasileiros, dá a medida da vastidão dos estudos a que se con-sagrou.

Limitar-nos-emos a citar os títu-los das principais, São elas: «A Carta de Pero Vaz de Caminha» (1943), «Cabral e as Origens do Brasil» (1944), «Os Portugueses no Descobrimento dos Estados Uni-dos» (1939), «Alexandre de Gus-mão e o Tratado de Madrid» (1950), «Manuscritos da Coleção De Angelis» (1951), «A Fundação de São Paulo — Capital Geográ-fica do Brasil» (1958).

O ÚLTIMO PERÍODO DUMA VIDA FECUNDA

A obra realizada no Brasil pelo eminente historiador pode dizer-se ter culminado com o encargo recebido do Governo brasileiro para dirigir a organização da Exposi-ção Histórica de São Paulo, em 1953. Ao êxito dessa missão sa referiu toda a Imprensa brasileira. O reconhecimento do Brasil pelos serviços que lhe prestou en-tão foram consagrados com a oferta solene, em Abril de 1955, da medalha comemorativa do IV Cen-tenário da Fundação de São Paulo e a outorga, pela Municipalidade paulistana, em Junho de 1957, do título de «Cidadão benemérito».

O dr. Jaime Cortesão, que re-gressou a Portugal em 1955, con-vidado pela Ministério do Ultramar para vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, trouxe também o encargo de representar o Brasil nesse organismo. Quando da última eleição presidencial, o nome do prestigioso homem publi-co foi citado como candidato da oposição. Declinou, porém, o con-vite nesse sentido. Pouco depois, o dr. Jaime Cortesão foi eleito presidente do direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores, lugar que desempenhou com a distinção que era seu timbre, mas com uma acti-vidade que os seus amigos dese-jariam fosse mais moderada, para poder, tranquilamente, consagrar-se aos trabalhos que tinha entre mãos. Comparecia a todas as reuniões, recepções de escritores estrangei-ros ou sessões de homenagem à memória de homens de letras desa-parecidos. Usava da palavra, quase sempre de improviso, com a elegância de forma e a nobreza de expressão que eram suas caracte-rísticas. A fadiga daí resultante só os seus íntimos a conheciam e lamentavam. Pode dizer-se que se manteve no seu posto até aos últimos momentos, pois ainda do seu leito de enfermo ditou mensa-gens que lhe competia proferir no exercício do cargo de presidente daquela Sociedade.

A sua actividade literária não esmoreceu a despeito da idade pro-vecida. Depois do poemeto «Missa à Meia-Noite», publicado em 1940, com o pseudónimo de António Fróis, deu à estampa já este ano, para

comemorar o cinquentenário da sua actividade literária, «Poesias Escolhidas», com um estudo crí-tico do dr. David Mourão Ferrei-ra; a quarta edição do seu drama épico em quatro actos «O Infante de Sagres», com um «Prefácio a Modo de Memórias», no qual evo-cou o período da sua actividade na Renascença Portuguesa; o pri-meiro volume da obra «Os Descob-rimentos Portugueses»; e «A Polí-tica de sigilo nos Descobrimen-tos», estudo integrado na Coleção Henriquina. O historiador tinha no prelo, em edição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a obra em dois volumes «História do Brasil nos Velhos Mapas», e, em preparação, o volume «Terras e Homens de Portugal, Paisagens, Costumes, História e Arte».

(«O Primeiro de Janeiro» — Porto, 15-8-60)

N. da R. — É evidente que as exigências da Censura não per-mitiram que o «Primeiro de Janeiro» desse o merecido relevo às perse-guições e prisões de que foi vítima Jaime Cortesão, como é o caso da prisão sofrida ainda recen-temente, e relacionada com a fa-lhada visita de Aneurin Bevan a Portugal, proibida pelo governo de Salazar.

Jaime Cortesão e os com-panheiros presos — António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, Vieira de Almeida — foram então lançados em calabouços gelados e infectos, e a cada um distribuído um prato e uma colher de alumínio, e ser-vido o intragável rancho da pri-são.

Mais uma vez Salazar tratou ignominiosamente algumas das maiores figuras da cultura portu-guesa contemporânea, como se se tratasse de criminosos de delito co-mum . . .

Colaboração

PORTUGAL DEMOCRATI- CO pede com o maior empenho a todos os colaboradores reme-tam os seus originaes, de modo a serem recebidos na Redacção, o mais tardar até ao dia 18 de cada mês, sem o que não gra-nte a publicação no número do mês seguinte.

O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

(Conclusão da página 2)

não. O Estado Novo vai à frente das sangrentas tiranias de Stroess-ner, no Paraguai, e de Trujillo, na República Dominicana.

OS JULGAMENTOS EM AFRICA

Mas a repressão em África atin-gue ainda aspectos mais sinistros. Noutra ocasião revelaremos a te-rocidade dos polícias da PIDE na repressão aos movimentos nacio-nalistas africanos. Por hoje quere-mos referir-nos apenas a um pon-to: enquanto a fascismo em Portu-gal ainda pretende apresentar uma cobertura legal para os seus crimes jurídicos, na África os jul-gamentos realizam-se sem a menor possibilidade de defesa dos acu-sados.

Assim, o grande advogado portu-guês Dr. Manuel João da Palma Carlos, que pretendia seguir de Lisboa para Luanda, a fim de in-tervir no chamado processo dos cinquenta a realizar naquela ci-dade, foi proibido pelo governo de Salazar de tomar o avião para An-goia.

Esta proibição constitui mais um flagrante atentado contra as li-berdades fundamentais da Organi-zação das Nações Unidas, à qual Salazar pertence. Com efeito, uma das liberdades estabelecidas na carta da ONU é a de deslocação de um cidadão dentro das fronteiras do seu próprio país. A proibição da entrada do dr. Palma Carlos nas províncias ultramarinas é mais um aspecto da opressão a que está sujeito Portugal, onde os indivíduos já não podem movimentar-se livre-mente para exercerem a sua profis-são onde para isso sejam chama-dos.

ONTEM E HOJE

(Conclusão da página 3)

que eles não estavam habituados: a administração militar foi sub-stituída pela administração civil; instituíram-se normas para evitar todos os abusos, todas as explora-ções e vexames de brancos aos seus irmãos de cor; espalharam, a assistência religiosa, médica, agrí-cola e de instrução pública; ter-minaram com as guerras intestinais.

Norton de Matos, considerando Angola o ponto fulcral da Nação Portuguesa, criou a mentalidade ultramarina, onde Salazar bebeu a teoria do Ato Colonial. O gran-de português e democrata defen-deu o princípio cristão de que não havia raças inferiores; incitou o povoamento deste vasto território com gente portuguesa, para assim alargar o território nacional, dentro de princípios sociais e econo-micos democráticos: «nascendo, co-mo consequência da unidade nacio-nal, a unidade territorial, a unidade económica, a unidade de lin-gua, a unidade de civilização».

Foi esta obra que Salazar re-cebeu dos democratas, e que está na iminência de ser destruída pe-los seus métodos nazistas-racistas, que farão aparecer um novo TI-radentes em cada parcela ultra-marina.

Salazar é um homem inteligente que conseguiu servir-se de arti-fícios ideológicos, estruturando a Constituição de 1933, que agora atraiçoa, nos Sindicatos, nos Grémios e nas Ordens, para iludir as massas trabalhadoras, o proletaria-do urbano, o campesinato, os co-merciantes e os industriais, os homens de profissões liberais, os proprietários e os capitalistas.

Embora só glose, como sempre, idéias nazistas, contrárias ao cristia-nismo, declarou o Estado ético e cris-tão, contrário aos «trusts», conciliador entre o capital e o tra-balho, para conquistar a simpatia da Igreja, que tem a missão de defender os direitos dos humildes. Tem satisfeito todas as ambições oligárquicas, com cunho interna-cional, com prejuízo para a comu-nidade ultramarina e continental. Tem feito uma política de para-doxo: afirma publicamente que o país é pobre, e o dinheiro existe em abundância nos cofres dos agiotes e do Estado.

Declarou que «Poder precisa de sentir-se limitado, agir sob limi-tações internas, providas da pró-pria consciência dos governantes, da existência das leis e do regular funcionamento dos outros órgãos da Soberania; e os externos, pro-venientes do Juízo público, duma opinião que seja esclarecida e desa-faixonada. A necessidade deste juízo pressupõe, porém, a existência de meios e de liberdade suficiente para se exteriorizar . . . Ora, esses meios legais de exteriorização são a liberdade de pensamento, liber-dade de imprensa, liberdade de expressão e de voto. . . e Salazar, no seu eterno conto, ainda diz: «votar é um dever!». Mas o que acontece aos que exteriorizam o seu pensamento? Se são discordan-tes, depois de sofismadas as provas de que são agitadores comunista internacionais: prisão, morte, des-truição!

As leis que nos impõe exem-plificam-se, em considerar muito justo, muito honesto e muito legal, que o mesmo indivíduo respondesse ao mesmo tempo como réu de dois crimes: de ter vendido azeite com mistura, e de o ter vendido sem mistura. . . Triste Moral, e triste justiça, a de Salazar.

Quando um dos categorizados e conceituados Bispos Católicos dis-cordado ditador; quando católi-cos, sacerdotes, distintos oficiais do Exército e monarquicos conspiram contra o monstro de Santa Comba e a sua camarilha, os homens de boa-fé, como os senhores comen-dadores, no Brasil, e os indecisos que têm apoiado a situação em Portugal, são chamados por estes fatos, à consciência, da problema-tica nacional, que generaliza to-dos os portugueses ricos e pobres e remediados.

Ficou demonstrado, no último período eleitoral, em todo o terri-

torio português, na metropole e no ultramar, que o Povo não con-corda com a arte de governar re-duzida a meia dúzia de princípios incontrovertidos e a linhas de acção indiscutíveis que só beneficiam a camarilha salazarista.

O Povo tem direito a Instrução, a pão e a justiça, e a contribuir com o seu voto para a Lei a que está sujeito.

Salazar conseguiu errar na Me-tropole a soma dos votos que elegeram o General Humberto Delgado, à Presidência da Repúbli-ca, mas não o conseguiu no Ultra-mar. Daí os fuzilamentos na Guiné, os assassinatos e prisões em An-goia, e em Moçambique, e a sub-stituição da Administração civil pe-la policial em todo o território ultramarino.

Chegou o momento do Exército se lembrar do seu dever: existe para defender a Nação e não para oprimir o Povo.

Salazar, convencido de que o soldado é um ser humano, que pensa e sente, que é um civil un-formizado, que a maioria dos ofici-ais são dignos e patriotas, mete espíões da PIDE nos quartéis, e faz acordos secretos com Franco, para atacar a própria Patria, se necessário lhe for.

Os acordos secretos com a Ale-manha nazista e a de Adenauer, e a entrevista de Merida, entre Franco e Salazar, não foram di-vidulgados. Tudo que se passa no desconhecimento do Povo é uma traição ao mesmo Povo.

O Tratado de Amizade e Con-sulta entre a Grande Nação Bra-sileira e Portugal só terá um al-cance de imensas perspectivas po-líticas no enquadramento Atlan-tico, se for feito em bases demo-cráticas — com Salazar, não. Será o mesmo que tentar impor aos Bra-sileiros, e a nós refugiados, o mar-tírio metropolitano, que se esten-de ao ultramar, sob a acção vio-lenta da PIDE, que, sob as ordens de Salazar arca com a res-ponsabilidade dos seus crimes ne-fandos, agindo e permitindo todas as manifestações impiedosas e ex-plorativas, contrárias a todos os objectivos assimiladores e humani-tários.

Na hora em que escrevemos, in-formações extra-oficiais dão como assente a ida do Presidente e Vice-Presidente da Grande Nação Brasileira a Portugal, e será para lastimar que o Presidente Kubit-schek cancele a sua visita por ra-zões estranhas ao repúdio da di-tadura.

Os nomes de Kubitschek e de João Goulart são muito queridos do povo português, que vive espel-nhado sob a lei do arbitrio da ca-marilha salazarista, num regime de medo e de morte.

Os dois grandes líderes da de-mocracia brasileira serão um gran-de alento para o povo português, como o foi o Marechal Hermes da Fonseca em 4 e 5 de Outubro de 1910. Serão recebidos vitoriosamen-te! Serão uma alegria e um desa-gravo para o Povo Português, que poderá exteriorizar o seu amor pelo Brasil e a sua repulsa por Salazar, gritando: Viva Kubitschek! Viva Jango! Viva o Brasil! Abaixo Sa-lazar! Viva a Democracia! Abaixo a Ditadura! Viva Portugal!

Estamos convencidos de que o Exército, a Aviação, a Guarda Na-cional Republicana e a Polícia de Segurança Pública não temerão a PIDE, que cumprirão o seu dever patriótico juntando-se ao Povo, e que poderemos ter a repetição de 5 de Outubro de 1910.

Libertas omne sera tamen — Liberdade ainda que tardia! Rio, 21-7-60.

N. da R. — O presente artigo foi redigido antes da visita do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal mas não che-gou a tempo de ser publicado no nú-mero de agosto de Portugal Democ-rático. Pelo atraso involuntário, PORTUGAL DEMOCRÁTICO pede desculpa ao dr. Rodrigues de Abreu e aos seus leitores.

SALVE GENERAL HUMBERTO DELGADO! NÓS, OS OPRIMIDOS, TE SAUDAMOS!

Aproveitando a recente visita a Portugal do Presidente Juscelino Kubitschek, foi distribuído, com o título acima, nas cidades de Lisboa e Porto, o manifesto que a seguir transcrevemos na íntegra:

O português honrado, o militar valente e digno, que o Povo, numa esmagadora maioria, elegeu para a Presidência da República, o nosso querido General HUMBERTO DELGADO, acaba de sofrer nova perseguição do infame ditador Salazar e a sua camarilha.

Foi demitido.

Foi expulso das Forças Armadas, por flagrante represália política, um general com uma fôlha de serviços prestados à Pátria das mais relevantes e distintas.

Facto que aos olhos dos portugueses o ilustra e prestigia cada vez mais.

Os ladrões que governam a Nação corrompem ou perseguem.

Meses depois do escândalo das eleições e de o haverem demitido de director da Aeronáutica Civil, ofereceram-lhe, para o calar, para o corromper, para o afastar de todos os contactos, uma posição no Canadá que o manteria na situação de general com um vencimento de 42 contos por mês.

Mas o português ativo e galhardo que é, dignificando as suas estrelas de general, não se deixou corromper e com prontidão repeliu a asuciosa tentativa de suborno.

Ele serviria o País onde o mandassem sem precisar de ser pago a 42 contos por mês, nunca abdicando, porém, do direito de declarar-se um candidato roubado e de exprimir livremente as suas opiniões.

Não se vendia a Salazar, não trairia o povo português.

Assim continuou a haver em Portugal uma farda honrada — a do General HUMBERTO DELGADO.

Foi então que veio a perseguição.

Salazar podia lá admitir que, com seu conhecimento, existisse no cimo das Forças Armadas uma farda honrada, um oficial de carácter, um homem de personalidade? Imediatamente ordenou a seus dóceis camaradas que o afastassem do serviço, que o despojassem de todas as prerrogativas e insignias. Não mais poderia fardar-se e deveria ser entregue à PIDE para que a sua voz corajosa deixasse de ser ouvida entre portugueses.

Na Embaixada do Brasil procurou o General imediato asilo e, assim, a sua voz pôde, ante a fúria de Salazar e seus esbirros, continuar a linguagem da verdade que tanto os incomoda.

Ao lado de outros compatriotas, no exílio, ele foi prosseguir a luta que tinha começado contra o criminoso ditador, o ladrão de eleições, o cínico misticador.

E fê-lo sabendo bem que jogava definitivamente o título de General, o soldo, a reforma que legitimamente lhe pertenciam.

Aos 54 anos de idade, o valente oficial, de brilhante carreira militar, culto e inteligente como poucos, detentor de altas homenagens e condecorações, que neste regime poderia obter o que quisesse se mostrasse como os mais servilismo e humildade e que a tróco do silêncio depois das eleições podia estar neste momento a desfrutar as comodidades de 42 contos mensais, o valente oficial, aos 54 anos, por amor da Pátria e da Liberdade preferiu o trabalho civil, modesto, duro e inglório, a incerteza da velhice e a insegurança dos seus, a ter de pactuar com um regime que oprime a Nação e cada vez mais a arrasta para destinos graves e sombrios.

Como é, todos os oficiais das Forças Armadas portuguesas conhecem as fraudes eleitorais do governo, as violências e mentiras, os desmandos da administração pública, os fabulosos empregos dos "tubarões", o nosso profundo atrazo geral, o desequilíbrio social da Nação e as dramáticas perspectivas que ameaçam Portugal. Todos sabem quanto o sinistro ditador é odiado, quantos milhares de portugueses têm passado pelas cadeias por suas opiniões, o que o País tem sofrido e vai continuar a sofrer em consequência da política intolerante, fechada, maquiavélica de um ardiloso saloio há trinta anos instalado no poder.

Mas só é e poucos mais tiveram até agora a coragem, a decisão de juntar a sua voz aos clamores dolorosos da Nação.

Sem idealismo, sem respeito por seus deveres pátrios e sem interesse pela sorte e o prestígio da nacionalidade, as centenas de oficiais superiores que servem as Forças Armadas colaboram conscientemente no roubo de eleições, colaboram em brutalidades e perseguições, colaboram no amordaçamento da opinião pública e colaboram em todas as maldades do ditador, como esta da demissão do General HUMBERTO DELGADO, o candidato que na realidade foi eleito para a Presidência da República.

Merecem, portanto, o desprezo da Nação, o nojo de todos os portugueses honrados.

Eles são os oficiais de um exército de ocupação.

Não são os oficiais de um Exército que inspire o orgulho e o respeito do Povo português.

A fatalidade de sérios acontecimentos que se pressentem nas nossas Províncias do Ultramar e que uma política de repressão e de força há-de precipitar, levará para caminhos desconhecidos, mas sombrios, os destinos de Portugal. Só então os portugueses ficarão em condições de medir em toda a sua espantosa enormidade a cobardia, a subserviência do Exército ao ditador e a sua longa traição ao Povo e à Nacionalidade.

A História será implacável para esses homens pagos pela Pátria que ao serviço de um pequeno grupo se colocaram.

HUMBERTO DELGADO não é mais general da Força Aérea.

Os seus camaradas, submissos e invejosos de suas altas qualidades, prestaram-se com prazer à torpe perseguição.

Ele incomodava-os ao gritar por toda a parte: "O EXÉRCITO TEM UMA DÍVIDA DE HONRA COM A NAÇÃO: QUE A RESGATE, QUE A RESGATE".

Como podiam os generais de Salazar permitir, justamente a um general, semelhante desassombro e altivez?

Mas HUMBERTO DELGADO é e será sempre para os portugueses O NOSSO GENERAL.

O general de um EXÉRCITO que há-de redimir e salvar PORTUGAL.

Um verdadeiro GENERAL de um verdadeiro EXÉRCITO.

Que os jovens oficiais ainda não adulterados pelo egoísmo, pelo aviltamento do sistema, com as mãos limpas de colaboracionismo e ainda sensíveis ao amor da Pátria e dos portugueses se convençam que têm de ser eles a liquidar a dívida de honra que o Exército tem com a Nação e a impedir que cheguem a consumir-se as misteriosas manobras de germanofilia que se depreendem de tão frequentes encontros entre os ministros da Defesa da Alemanha e Portugal. O estabelecimento de ba-

NOVO CASO EM LISBOA

O Embaixador Negrão de Lima está inconsolável, pois o povo português não esquece Alvaro Lins e a oposição não esquece a existência da Embaixada do Brasil em Lisboa.

A multidão que assistia ao enterro de Jaime Cortesão transformou essa grande despedida num ato de presença, da presença dos ideais democráticos e do embaixador Alvaro Lins. O nome deste grande amigo de Portugal foi ovacionado numa vigorosa e unânime manifestação de homenagem ao antigo embaixador do Brasil em Lisboa, o que mostrou desta vez, diretamente, ao embaixador Negrão de Lima a forma como é encarada no país a sua "missão" diplomática junto da Corte de Salazar.

Ainda o embaixador Negrão de Lima estava mal referido deste desgosto quando o líder católico Manuel Matos Serra entra pela Embaixada e pede asilo. De nada valeu ao embaixador Negrão de Lima promover a mudança da Embaixada para outro local, numa incontida homenagem à PIDE, que desejava desde há muito as dependências da nossa representação em Lisboa para instalar novos serviços e para poder torturar à vontade, sem a presença de uma Embaixada no prédio contíguo.

A Embaixada do Brasil foi encontrada e Manuel Serra foi pedir asilo, tal como fez o general Humberto Delgado, não porque estivesse como embaixador um determinado embaixador, mas porque era a Embaixada do Brasil.

No caso do embaixador Alvaro Lins, o dever foi cumprido até ao fim com sacrifício do cargo e arrostando com todas as pressões do então chanceler Negrão de Lima para encontrar uma solução de acordo com o esquema de Salazar, ou seja, desmoralizando ou entregando o general Humberto Delgado. Apoiado pela opinião pública do Brasil, em primeiro lugar pela imprensa e membros do Congresso, e, sobretudo, pela sua inteireza de carácter, o embaixador Alvaro Lins resistiu contando por sua vez com a firmeza do general Humberto Delgado. O embaixador Alvaro Lins nada devia ao governo português e sentia-se representado do Brasil junto de Portugal e não de Salazar junto do Brasil.

Quanto ao embaixador Negrão de Lima, amigo do regime e dos seus príncipes, veremos como se comporta. Não se trata apenas de não entregar Manuel Serra, trata-se de exigir um salvo-conduto e de exigir que o novo asilado venha com salvo-conduto, diretamente da Embaixada do Brasil para o Rio, sem ter de ir buscar um passaporte. E que todo o processamento do asilo se faça protegido pela nossa bandeira. Se isto não der, sem invocações, que aliás seriam ilegais, do tratado de extradição firmado mas não homologado no Brasil; se for dado um salvo-conduto e Manuel Serra vier diretamente da Embaixada para o Rio, sob ostensiva protecção diplomática, terá o embaixador Negrão de Lima agido corretamente, e aqui estaremos para o dizer. Qualquer manobra que tente diminuir ou anular a importância do pedido de asilo, ou o próprio asilo, será igualmente por nós denunciada.

Manuel Serra tinha pedido asilo à representação diplomática de Cuba, que lhe concedeu esse asilo sem, contudo, conseguir do governo português um salvo-conduto. O mesmo se deu com o advogado Ribeiro, que, depois de meses, ainda se encontra na Embaixada da Colômbia em Lisboa, tendo-se o embaixador desse país demitido das suas funções, por não lhe ter sido marcada a data para apresentação de suas credenciais pelo governo português.

Vendo que Cuba não conseguia o salvo-conduto, Manuel Serra dirigiu-se à Embaixada do Brasil, contando com a força da opinião pública no Brasil para obrigar o embaixador Negrão de Lima a agir e a conseguir uma solução. É nesta fase que estamos. Se Manuel Serra vier sob a protecção diplomática do Brasil, sem ter de ir buscar um passaporte, o novo asilado fica na situação do general Humberto Delgado e a tese do embaixador Alvaro Lins será comprovada pelo embaixador Negrão de Lima. Se assistirmos a qualquer outra manobra fica comprovado que o embaixador Negrão de Lima procura iludir o problema para servir o governo português total ou parcialmente, isto no caso de Manuel Serra condescender em prestar-se a um risco ou a uma situação de contestável clareza.

Outro aspecto importante deste caso é o fato de Manuel Serra representar uma larga corrente de católicos que se opõe à ditadura fascista. Certamente o bispo do Porto ou o padre Perestrelo são figuras de maior relevo, de vasto setor de católicos que luta contra Salazar, mas Manuel Serra merece por todos os títulos o nosso respeito e sem dúvida é um dos expoentes do laicato católico, que participa da batalha pela restituição a Portugal das suas liberdades e da sua dignidade.

Qualquer pedido de asilo, desde que seja de autênticos e comprovados antifascistas (pois também podemos assistir a pedidos de asilo "encomendados" e só na prática pelo comportamento e pelas "facilidades" os podemos distinguir) deixa triste o embaixador Negrão de Lima. Triste por verificar que o asilo afinal não foi inventado pelo embaixador Alvaro Lins.

("Diário de Notícias", 27-8-60).

ses alemãs no Continente e no Ultramar que se prepara, para fins de segurança diferentes dos previstos pela OTAN, poderá dar a Salazar mais algum tempo de poder, mas hipoteca a Nação a uma potência estrangeira que sempre teve ambições africanas. Que não esperem muito tempo pelos generais de Salazar, se não querem ser também envolvidos na responsabilidade dos acontecimentos que a política fascista do Governo precipita, sem, contudo, esse Governo ter capacidade e ética para os solucionar. Em tal hipótese o País seria colocado perante todo um Exército que se deixou arrastar para terríveis aventuras, sem a Nação ser ouvida, sem a Nação ser informada, seguindo deliberadamente as ordens de quem se obstina em permanecer no poder custe o que custar.

Tomem os jovens oficiais a atitude que lhes cumpre tomar e logo esses generais aparecerão em massa a aderir, apregoando inocência e inculpabilidade.

Desabam em todo o Mundo as ditaduras. Mas mantêm-se em Portugal a mais antiga de todas, a mais pódre e desacreditada, mercê unicamente da sustentação militar.

Que os jovens oficiais vejam no General HUMBERTO DELGADO o exemplo das virtudes do português honrado e do oficial valente, ou seja o representante legítimo das nobres e gloriosas tradições das nossas Forças Armadas.

Só é digno da sua admiração, porque não podem ter prestígio aqueles que, para obterem os favores do ditador, mandam julgar e condenar os seus camaradas por actos de intenção patriótica, aqueles que por cobardia e estúpida obediência a um paranoico impõem ao País, há 34 anos, uma ditadura, contra a vontade tantas vezes expressa pela Nação.

SALVE GENERAL HUMBERTO DELGADO!

POR TEUS ACTOS E SACRIFÍCIOS, NÓS, OS OPRIMIDOS, TE SAULAMOS!

Quando em Agosto próximo esse pobre diabo a que chamam o Presidente da República se apresentar nas ruas de Lisboa ao lado do Presidente do Brasil, os portugueses vão desagravar Humberto Delgado da última ofensa, chamando HUMBERTO! HUMBERTO! HUMBERTO!

Façamos em Lisboa o mesmo que se prepara no Porto: transformar a recepção a Kubitschek de Oliveira numa grandiosa manifestação da Oposição.

Não tenhamos medo. Nada poderemos fazer contra nós na presença do Presidente do Brasil e nós seremos milhares, milhares, milhares.

VIVA O BRASIL! VIVA PORTUGAL! VIVA O GENERAL DELGADO!

DESCULPAS

"Um eminente jurista brasileiro, o sr. Levi Carneiro, acaba de ser desatendido pela Embaixada de Portugal nesta cidade. Como presidente da seção brasileira da Comissão Internacional de Juristas (Genebra), tinha designado o advogado Alberto Sabóia Lima para ir a Luanda, como simples observador, acompanhar o julgamento de 50 cidadãos, acusados pelas autoridades portuguesas de conspirar contra o governo da África Portuguesa. Mas a Embaixada de Portugal no Brasil, seguindo recomendações do governo de Lisboa, negou ao advogado brasileiro o visto no passaporte.

Não comentaremos esse fato. Não é preciso comentá-lo, porque a mera notícia fala alto...

Mas perguntamos: se um daqueles 50 acusados conseguisse, porventura, fugir da prisão para o Brasil — que aconteceria? A resposta encontra-se no Tratado de Extradicação e Cooperação Judiciária em Matéria Penal, que os ministros do Exterior do Brasil e de Portugal acabam de assinar em Lisboa.

Esse tratado, embora estabelecendo o princípio de extradição, exclui (artigo 40, inciso e) "as infrações de natureza política". Ótimo. Assim é mesmo o uso entre todos os países civilizados. Aquêle refugiado de Luanda encontraria, portanto, asilo e a liberdade no Brasil.

Realmente? Real e infelizmente, não. Pois no fim daquele artigo 40 do tratado aparece um § único que retira tudo o que foi dito antes. Admite a extradição para os culpados de homicídio de chefe de Estado e duma maneira geral, de atos e fatos que... visem a destruição ou transformação violenta da organização social e dos seus órgãos e instituições fundamentais". Essa frase estabelece a extradição, duma maneira geral, de todos os que fazem oposição ao atual governo de Portugal. O acusado de Luanda teria de ser extraditado e entregue aos seus juizes, que não gostam da presença de advogados brasileiros.

Mas se, por qualquer motivo que seja, a extradição não se realizar? Este caso é previsto no artigo 20 do tratado: "Não concedendo a extradição, o Estado requerido ficará obrigado a processá-lo e julgá-lo criminalmente pelo fato que se lhe imputa". Quer dizer: juizes brasileiros teriam de processar e julgar o refugiado político português, pelo fato de se ter rebelado contra o governo do seu país.

Nunca até hoje uma autoridade brasileira assinou tratado tão incompatível com a Constituição e as leis do nosso país e tão incompatível com as normas mais elementares do Direito das Gentes e com todas as normas do Direito humano e divino. Os srs. Juscelino Kubitschek e Horácio Lúfer, assinando aquêle tratado que rebatiza a Justiça brasileira à condição de esbirro da Justiça de Portugal e Luanda, eternizaram seus nomes nos anais da injustiça e nos da arte de assinar sem saber de que se trata.

Está claro que esse tratado, que merece o apelido de infamante, não entrará nunca em vigor. O Congresso brasileiro não o ratificará. O Supremo Tribunal Federal não permitirá que se torne lei no Brasil um texto incompatível com a nossa Constituição. E se for preciso, nosso Exército repetirá o gesto pelo qual o então cadete Euclides da Cunha recusou, em 1888, a infame tarefa de prender escravos fugitivos: quebrará a espada que lhe foi confiada para defender a Pátria, mas não para perseguir desgraçados e entregá-los aos algozes.

★

Resta-nos apresentar desculpas ao governo português que foi iludido pela ligeireza com que se assinou aquêle tratado impossível e que agora, por culpa do nosso governo, se encontra na incômoda posição de um enganado."

("Correio da Manhã", 16-8-60).

ATO PUBLICO NA U.N.E. COMO PROTESTO A VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPUBLICA A PORTUGAL

Dia 3 de agosto, numerosa assistencia compareceu às 21 horas à sede da União Nacional dos Estudantes, para protestar contra a viagem do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal. Assim se expressou o sr. Oliveiros Guanais, presidente da entidade máxima dos universitários brasileiros: "Não é esta a primeira vez e não será a última que a U.N.E. presta a sua mais calorosa homenagem a todos os democratas portugueses. Aqui estamos reunidos, nesta noite, para dizer ao Presidente Juscelino Kubitschek que ele pode viajar para Portugal levando para o ditador Salazar a solidariedade de quem quiser, mas não leva e não levaria nunca a solidariedade dos estudantes do Brasil, da sua mocidade democrática e do seu povo amante das liberdades; por isso erguemos a nossa voz ao lado dos estudantes portugueses que lutam contra a ditadura, ao lado de todos os democratas portugueses do Brasil e de além-mar que heróicamente estão ao lado da Democracia, contra o obscurantismo e contra os hediondos crimes de Salazar". E mais adiante: "A União Nacional dos Estudantes do Brasil continuará firme contra o fascismo em todas as suas manifestações, contra as ditaduras. Continuaremos a denunciar perante a consciência democrática do mundo o salazarismo e afirmamos o que está no coração do povo brasileiro, ou seja, o Presidente Kubitschek, indo a Portugal, apenas se solidarizará com os crimes hediondos da ditadura medieval de Salazar".

ALVARO LINS PRESIDE

Por delegação da União Nacional dos Estudantes, o escritor Alvaro Lins presidiu à sessão. Fizera parte da Mesa: escritor Alvaro Lins, General Humberto Delgado, escritor e jornalista Paulo de Castro, Raymundo Eirado, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, João Manoel Conrado, ex-presidente da U.N.E., Paulo Galante, representante da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, Tarzan de Castro, presidente em exercício da União Brasileira dos Estudantes Secundários,

srs. Tomaz Ribeiro Colaço, Luiz Carvalho, presidente da "Associação General Humberto Delgado", Ciríaco Carneiro Giraldis, José Fernandes, ex-chefe de Polícia em Lisboa, e Antonio Esteves, representante de União Metropolitana dos Estudantes, o qual leu na sede da U.N.E. pela primeira vez, a carta do capitão Henrique Galvão ao Presidente Juscelino Kubitschek pedindo asilo político no Brasil.

"OS GOVERNOS DE PORTUGAL E ESPANHA SAO MANCHAS VERGONHOSAS NA PAISAGEM UNIVERSAL"

Por se encontrar ausente da cidade, o escritor Jorge Amado enviou uma mensagem de solidariedade no ato patrocinado pela U.N.E., dizendo entre outras coisas, o seguinte: "Os governos de Portugal e Espanha são manchas vergonhosas na paisagem universal". Ao se dirigir aos presentes o General Humberto Delgado disse: "O Presidente Juscelino Kubitschek vai ver que quando em Portugal alguém grita "Viva a República", a polícia mata". A seguir falou o jornalista e escritor Paulo de Castro, que afirmou:

"Aqui me encontro em nome de Sarmiento Pimentel, decano da oposição portuguesa no Brasil, em nome do Jornal "Portugal Democrático", e do "Centro Republicano de São Paulo", não para criticar o Presidente Juscelino Kubitschek, o que na minha qualidade de português seria uma deselegância, mas para aprovar no fóro íntimo as críticas que acaso lhe serão feitas pelos brasileiros. E nesse fóro íntimo ninguém poderá tocar, pois é inviolável mesmo nos sistemas totalitários, quanto mais em uma Democracia como a do Brasil. Aqui me encontro para exprimir os sentimentos da República e quando pronuncio a palavra "República", sei o que quero dizer e o que as circunstâncias me obrigam a excluir. O Presidente Juscelino Kubitschek

vai a Portugal a pretexto das comemorações "Henriquinas".

NINGUEM MENOS QUE SALAZAR TEM AUTORIDADE PARA FALAR OU GLORIFICAR O INFANTE D. HENRIQUE

"Contudo, ninguém menos do que Salazar tem autoridade para falar ou glorificar o infante D. Henrique. O Infante foi o homem da Renascença, cultivou a ciência que é experimentalismo, dúvida metódica e ironia, o Infante realizou no Promontório de Sagres um centro de ciência, as suas armas foram as do progresso, enquanto as de Salazar são as do retrocesso e as do terror. O Infante foi exaltado por todos os historiadores do mundo, enquanto Salazar apenas consegue ser exaltado pela Sra. "Christine Garnier". E noutro passo: "O General Delgado foi o candidato das oposições, desde os católicos aos comunistas, a ninguém perguntou de onde vinha, pois o objetivo do candidato era a destruição do salazarismo. Este foi um grande momento e de um significado político bem "definido". Disse noutra passagem: "Lutamos contra uma oligarquia que domina o país há séculos e agora mais do que nunca, sob a forma do salazarismo. Por isso a nossa luta é difícil mas também existem dificuldades criadas no exterior. Aproveito este momento para dizer aos nossos amigos ingleses que ninguém pensa na oposição, em violar a aliança inglesa. Aliás, uma aliança que já serviu para entrarmos na guerra e para não entrarmos na guerra, é uma aliança muito flexível. Por isso mesmo seria um erro diplomático denunciá-la e perdermos desta forma, tão tradicional e tão sutil instrumento às nossas ligações com o Ocidente. A Aliança Inglesa ficará como uma flor do passado no conjunto dos elementos de uma nova diplomacia. Quanto aos Americanos, mais não desejamos do que aplicar certos princípios de Tom Paine ou Lincoln e justificar pelas instituições democráticas a nossa presença na O.N.U. O Povo decidirá com plena soberania se devem ser ou não mantidos os tratados feitos sem consulta à Nação". E finalizando:

"O Brasil será a pedra angular da futura diplomacia portuguesa e então, um tratado de amizade nem será necessário, e o de consulta será supérfluo, pois entre dois povos como o brasileiro e português, unidos pelo sangue, virá juntar-se, como cúpula indispensável a uma jornada comum, o sistema da Democracia. Só então será possível uma verdadeira comunidade luso-brasileira de que Alvaro Lins é hoje o pioneiro como Embaixador Eterno da consciência do Brasil junto do nosso povo, hoje, oprimido e humilhado, amanhã, livre e vivendo com respeito às normas da Democracia e da Liberdade". O escritor Alvaro Lins saudado de pé pela assistência que o aplaudia disse: "O capitão Henrique Galvão teve a sua não entrada no Brasil, negociada, pelo então Ministro do Exterior e hoje embaixador junto a Salazar, o sr. Negrão de Lima, pela ida do Presidente da República a Portugal. Durante mais de três meses vivi em Lisboa, defendendo as nobres tradições do Itamarati, apoiado pela opinião pública do meu país e não pelo meu Governo, recebi dos estudantes brasileiros, em todos os momentos, o apoio e a solidariedade para voltar ao meu país de cabeça erguida, com o dever cumprido. O Presidente da República não ignora a situação interna de Portugal, pois eu em todos os momentos o informei e lhe disse que nós tínhamos amigos no povo português e não no governo salazarista, portanto a viagem do Presidente da República não se coaduna com a dignidade diplomática manifestada pelo povo brasileiro. Nada devo ao Governo que ajudei e que hoje me arrependo de haver auxiliado nos seus momentos mais difíceis, pois lhe falta a envergadura internacional para se conduzir perante um povo irmão encarnando os sentimentos de liberdade e democracia do povo brasileiro. Paguei caro, pois o que recebi foi a compreensão e o apoio da opinião pública do meu país, para falar e denunciar o regime de trevas de Salazar e sinto-me tranquilo porque a juventude brasileira juntamente com os seus irmãos de Portugal diz ao mundo que o Brasil afirma que a Democracia é indivisível e uma como a Paz".

Conferencias

No Centro Republicano Português

Dia 8, do jornalista Pedro Rocha, sobre "O ULTRAMAR PORTUGUES NA CONJUNTURA AFRICANA";
Dia 22, do escritor Augusto dos Santos Abranches, sobre "O POVO PORTUGUES NA REVOLUÇÃO DO CINCO DE OUTUBRO".

Ambas as conferências principiaram às 20h30, solicitando-se a comparência de todos os democratas portugueses residentes em São Paulo.

AGRUPAÇÃO DE PORTUGUESES DEMOCRATAS

Conforme noticiámos em nosso número de julho, os democratas portugueses, residentes no Uruguai, fundaram a "Agrupação de Portugueses Democratas", organismo que se propõe desenvolver uma ação de esclarecimento da situação política em Portugal, denunciar os atropelos e violências da tirania que subjuga, há mais de trinta anos, o povo português, e cooperar na sua luta pela liberdade e pela instauração de um governo representativo da vontade nacional.

Em comunicação dirigida aos democratas portugueses e à opinião pública, a "Agrupação de Portugueses Democratas" declara que o seu propósito é dar cumprimento às seguintes tarefas:

I — Denúncia permanente do regime fascista em Portugal.
II — Estabelecer relações com todos os organismos da emigração democrática portuguesa e apoiar todas as iniciativas destinadas a coordenar a ação do movimento anti-salazarista visando à conquista das liberdades democráticas.

III — Realizar um trabalho de esclarecimento entre a emigração portuguesa, a fim de contrabalançar a nefasta influência da propaganda salazarista.

Para a realização destes fins, a "Agrupação de Portugueses Democratas" termina o seu comunicado, denunciando todos os portugueses radicados no Uruguai a ingressar nesse organismo de luta e resistência contra a ditadura de Salazar.

A direção da "Agrupação de Portugueses Democratas" acha-se constituída como segue: Joaquim F. Moreira, Presidente; Maria Luisa Silva Neves, Vice-Presidente; Aurélio B. Martins, Secretário; Luis Viriato Caetano Panasco, pró-Secretário; e Luis A. Panasco, Tesoureiro.

A "Agrupação de Portugueses Democratas" deseja o P.D. o melhor êxito na realização das tarefas enunciadas em seu comunicado, contribuindo, assim, valorosamente, para a queda do odioso regime que há mais de trinta anos escraviza o povo português.

ALBERTO RAVELL

Em 5 de Agosto passado morreu em Caracas Alberto Ravell, Presidente do «Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal».

Ravell nasceu em San Felipe, Venezuela, no ano de 1905. Fez apenas o curso primário, pois aos doze anos abandonou a escola e a terra natal, para trabalhar. Sua vida interessante e agitada transcorreu nas mais variadas profissões e atividades. Sofreu a primeira prisão política aos 15 anos de idade, sob o regime do General Juan Vicente Gómez. Permaneceu no cárcere durante 16 anos, pois só foi posto em liberdade quando morreu o ditador. A sua permanência na prisão foi uma escola para ele; de suas experiências e sofrimentos, durante o cativeiro, extraiu interessantes e valiosos livros, tais como: «Estampas», «Humanidad», e «Bajo el Signo de los Bárbaros».

Como lembrou alguém, Ravell teve o raro privilégio, de ser prisioneiro e desterrado político acompanhando duas gerações de venezuelanos: a sua própria e a última geração que travou heróica batalha contra a ditadura de Pérez Jimenez.

Em 1945 foi nomeado «Director de Cultura», em Caracas, e os honorários, segundo contam os que de mais perto o conheceram, não os cobrou nunca. Várias vezes Deputado e Senador, sempre foi um infatigável defensor dos interesses sociais e económicos do povo venezuelano. Por isso, nos ombros do povo foi levado ao cárcere definitivo aquele que, por amor ao po-

vo, passou no cárcere tantos anos da sua vida.

«Com a morte de Ravell — declarou o Presidente do Congresso Nacional da Venezuela, Dr. Raul Leoni — perde a Venezuela um dos seus filhos mais esclarecidos, e o povo venezuelano um dos seus mais convictos e aguerridos defensores». E Portugal, um dos seus melhores amigos.

Portugal Democrático expressa o seu profundo pesar pela morte de Alberto Ravell, que tão valiosos serviços prestou à causa dos democratas portugueses.

Movimento pró-Anistia

Correspondendo ao nosso apelo no sentido de angariar donativos para custear as despesas de deslocação do Delegado brasileiro à Europa, recebemos as seguintes importâncias:

U. S. A. (US\$ 25,00)	Cr\$ 4.550,00
Albano Carvalho Cunha	350,00
Armando Gomes Bastos	1.000,00
Humberto Machado	330,00
Um Tripeiro	1.000,00
José Luiz Antunes	1.000,00
Mário Veloso	30,00
José Dias US\$ 5,00)	900,00
Antônio Abrantes (US\$ 3,00)	540,00
José M. Mala (US\$ 2,00)	360,00
Leonel F. Coelho Nunes (US\$ 3,00)	600,00
	10.660,00

Este jornal não dispõe qualquer subsídio: sua vida depende de todos os portugueses que desejam vigore em nosso País regime à altura das suas tradições democráticas. A forma mais imediata de o ajudar consiste em subscrever uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Assinatura anual Cr\$ 200,00
Assinatura especial .. Cr\$ 500,00
Número avulso Cr\$ 5,00

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO

Presidente de Honra
João Sarmiento Pimentel

Conselho

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

Conselho de Administração

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO

SUCURSAL:

Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509
Edif. Marquês de Herval
Telefone: 22.9224

ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgílio no Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º s/ 1201 — Caixa Postal 2.599 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontario — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.ºe.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — "Agrupação de Portugueses Democratas" — Colônia 1.013 - P. 7 — Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Hotel "International" — Praha 6 — Dejvice.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37.0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.

Número avulso Cr\$ 5,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: \$3,00 U.S.

Ano IV - N.º 40 - Set. de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.